



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**ARIENE (SUSUI) DOS SANTOS LIMA**

**COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA E A CRIAÇÃO DE NOVAS  
TERRITORIALIDADES DIGITAIS: REDE WAKYWAI, RESISTÊNCIAS E  
SABERES AMAZÔNICOS**

**BOA VISTA, RR  
2022**

**ARIENE (SUSUI) DOS SANTOS LIMA**

**COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA E A CRIAÇÃO DE NOVAS  
TERRITORIALIDADES DIGITAIS: REDE WAKYWAI, RESISTÊNCIAS E  
SABERES AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos.

**Linha de pesquisa:** Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Vângela Maria Isidoro de Moraes.

**BOA VISTA, RR  
2022**

**ARIENE (SUSUI) DOS SANTOS LIMA**

**COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA E A CRIAÇÃO DE NOVAS  
TERRITORIALIDADES DIGITAIS: REDE WAKYWAI, RESISTÊNCIAS E  
SABERES AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos.

Linha de pesquisa: Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais.

Boa Vista, 11 de agosto de 2022.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vângela Maria Isidoro de Moraes - UFRR  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Lisiane Machado Aguiar  
Membro Interno

---

Dr. Luiz Henrique Eloy Amado (Eloy Terena) – Museu Nacional/UFRRJ  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Vilso Junior Chierentin Santi – UFRR  
Membro Suplente

**BOA VISTA, RR  
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L732c Lima, Ariene (Susui) dos Santos.  
Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais : rede Wakywai, resistências e saberes amazônicos / Ariene (Susui) dos Santos Lima. – Boa Vista, 2022.  
118 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vângela Maria Isidoro de Moraes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

1 – Comunicação indígena. 2 – Rede Wakywai. 3 – Territorialidade digital. 4 – Movimento indígena. 5 – Desconstrução metodológica. I – Título. II – Moraes, Vângela Maria Isidoro de (orientadora).

CDU – 070(=1-82)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:  
Mariede Pimentel e Couto Diogo - CRB-11/354 - AM

Dedico

Aos meus ancestrais que me guiaram até aqui,

minha mãe e minhas avós

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um momento de muitas idas e vindas e de muitas desistências e perdas, quero primeiramente agradecer meus ancestrais que me possibilitaram a minha história ser continuada, minha mãe que perdi em 2020, mas que em sua memória me fez seguir em frente, mesmo sem força alguma, meu pai que sempre esteve torcendo por mim e me mandando mensagem de encorajamento, minhas avós que partiram nesse processo, uma em 2018 e outra em 2021, à minha tia Onete que por longos anos me acolheu em sua casa e hoje considero como minha segunda mãe, aos meus 8 irmãos; Fábio, Luciano, Aline, Alane, Vitória, Ester, Sabrina e Zaquel, meus 10 sobrinhos que me fizeram fortalecer com seus abraços. Aos meus amigos que sempre estiveram do meu lado, aos de longe e aos de perto, em especial ao Luan Selfish, que a academia me presenteou, um irmão que tenho grande carinho, foram horas de ligação no entardecer da noite para que eu não parasse de escrever.

Em especial à Mayra Wapichana, Márcia Fernandes e Nailson Almeida por fazerem parte desse processo, nas reflexões e nos espaços da comunicação indígena, à Bryan Araújo, Alana Manchineri, Tarisson Nawa, Talita Oliveira, Neto Ramos. Aos meus coordenadores do Conselho Indígena de Roraima; Edinho Macuxi, Enock Taurepang e Maria Betânia por acreditarem na minha capacidade enquanto liderança indígena. À coordenação da Organizações da Amazônia Brasileira (Coiab); Nara Baré e Angela Kaxuyana, mulheres que tenho muita admiração.

Ao meu namorado; Rodrigo Donato, pela paciência de me ouvir por longas horas, por todo cuidado e afeto, a minha sogra Izabel pelas orações e apoio. À minha orientadora Vângela, que se não fosse por ela não teria chegado tão longe, mais que uma ligação de orientação, A van como costume chamar eu considero como uma parente que levo no meu coração, aquelas que me permitiu voar quando tinha tudo para ser mais um trabalho engessado. Minha gratidão à banca que aceitou esse desafio de estar junto comigo, À Lisiane Aguiar, Eloy Terena e Vilso Santi, aos quais tenho grande apreço.

Ao Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) que me possibilitou a ter uma bolsa de pesquisa, e por fim quero concluir essa parte para homenagear as minhas lideranças que partiram nesse caminho e que ancestralizaram; entres eles; Vovó Bernaldina, Jaider Esbel, Fausto Mandulão, Dionito Macuxi e Vovó Madalena.

**Epígrafe**

Nada sobre nós, sem nós!

## RESUMO

A presente pesquisa organiza e analisa as atividades dos comunicadores indígenas de Roraima, no período de 2020 a 2021, acompanhando os primeiros passos de formação da Rede Wakywai, por meio da produção de conteúdos para a plataforma digital Facebook da região Serra da Lua e do Conselho Indígena de Roraima. Persegue-se assim o que se pode denominar de territorialidade digital dos povos indígenas da Amazônia que, a exemplo de algumas experiências já existentes na América Latina, adotam o ciberespaço como estratégia de luta em prol da cidadania, do reconhecimento e fortalecimento étnico. Esse estudo promove algumas inovações metodológicas, diante da necessidade de realizar experiências que incentivem os diálogos entre os saberes acadêmicos e tradicionais dos povos indígenas e a construção mais colaborativa juntos aos sujeitos da pesquisa, como forma de buscar maior coerência e aprofundamento sobre a temática dos comunicadores indígenas e seus protagonismos. A pesquisa destaca o papel da comunicação desenvolvida pela Rede Wakywai como uma potência somada ao movimento indígena, por meio das estratégias de outras visibilidades e de resistência às diversas formas de opressão sofridas secularmente pelos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Comunicação indígena; Rede Wakywai; territorialidade digital; Movimento indígena; Desconstrução metodológica.

## **ABSTRACT**

This research organizes and analyzes the activities made by indigenous communicators of Roraima, between 2020 and 2021, following the first steps of the Wakywai Network, through the production of digital content for Facebook, on the pages “Indigenous Social Communication - Ethno Region Serra da Lua” and “Indigenous Council of Roraima”. It pursues what can be called the digital territoriality of the indigenous peoples of the Amazon, who adopt cyberspace as a strategy to fight for citizenship, recognition and ethnic strengthening, just like some other experiences in Latin America. This study promotes some methodological innovations, given the need to carry out experiments that encourage dialogues between the academic and traditional knowledge of indigenous peoples and a more collaborative construction with the research subjects, as a way of seeking greater coherence and deepening on the theme of indigenous communicators and their leading roles. The research highlights the role of communication developed by the Wakywai Network as a power added to the indigenous movement, through strategies of other visibilities and resistance to the various forms of oppression suffered secularly by indigenous peoples.

**Keywords:** Indigenous communication; Wakywai Network; Digital territoriality; Indigenous movement; Methodological deconstruction

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	VII Assembleia Estadual da Juventude Indígena de Roraima no Centro Regional Lago Caracaranã em 2022	21
Figura 2 -	Registro do 2º seminário de comunicadores indígenas em 2022	22
Figura 3 -	Mapa dos estados pertencente à Coiab	23
Figura 4 -	Terras indígenas demarcadas no estado de Roraima	24
Figura 5 -	A bênção pela defumação do Maruai feita pela pajé Mariana em evento da juventude indígena	30
Figura 6 -	Mapa de abrangência do Conselho Indígena de Roraima	55
Figura 7 -	Primeira oficina de comunicação indígena em 2019	61
Figura 8 -	Comunicadores Indígenas na 49ª assembleia geral dos povos Indígenas	62
Figura 9 -	Oficina para comunicadores indígenas da Rede Wakywai	75
Figura 10 -	Mayra Celina da Silva Pereira (Mayra Wapichana)	81
Figura 11 -	Márcia Elizabeth Fernandes	82
Figura 12 -	Nailson Silva de Almeida	83
Figura 13 -	Roda de conversa na 51ª Assembleia geral dos povos indígenas de Roraima	87
Figura 14 -	Roda de Conversa	88
Figura 15 -	Print da fanpage Serra da Lua	90

Figura 16 -	Os seis conteúdos com maior interação na fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2020	91
Figura 17 -	Manifesto contra o descaso com a vida indígena e informação sobre a morte do líder Fausto Madulão em 03.06.2020	92
Figura 18 -	Print da Fanpage do Cir	94
Figura 19 -	Os seis conteúdos com maior interação na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2020	94
Figura 20 -	Os seis conteúdos mais compartilhados nos meses da pesquisa na fanpage do Cir	95
Figura 21 -	Os seis conteúdos com maior interação na fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2021	96
Figura 22 -	Os seis conteúdos com maior interação na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021	98
Figura 23 -	Mobilização em Roraima	99
Figura 24 -	Mobilização em trecho da BR-174, sentido Pacaraima	99
Figura 25 -	Conversa com o comunicador Nailson Almeida	102
Figura 26 -	Conversa com a comunicadora Márcia Fernandes	104

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alcance dos conteúdos da fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2021 .....	97
Gráfico 2 - Alcance dos conteúdos da fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021 .....	98
Gráfico 3 - Alcance dos conteúdos por tipo de mídia na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021.....	100

## **LISTA DE SIGLAS**

**APIB-** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

**COICA-** Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

**COIAB-** Coordenação das Organizações da Amazônia Brasileira

**CIR-** Conselho Indígena de Roraima

**CIMI-** Conselho Indigenista Missionário

**ISA-** Instituto Socioambiental

**OMIR-** Organização das mulheres indígenas de Roraima

**OPIRR-** Organização dos professores indígenas de Roraima

**T.I -** Terra Indígena

**UMIAB-** União das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira

**UFRR-** Universidade Federal de Roraima

**FUNAI-** Fundação Nacional do Índio

## **PROGRAMAÇÃO (Sumário)**

<b>QUEM SOU EU?</b>	16
<b>BOAS-VINDAS (Introdução)</b>	22
<b>ORAÇÃO</b>	32
<b>TEMÁTICA 1: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA INDÍGENA</b>	33
1.1 O contexto físico e simbólico e os processos de criatividade e resistência	35
1.2 Modelos de conhecimentos e a transição para um novo saber	41
1.3 Uma proposta transmetodológica indígena	47
1.3.1 O espaço e o tempo da pesquisa	50
<b>TEMÁTICA 2: O MOVIMENTO INDÍGENA E A REDE WAKYWAI DE COMUNICAÇÃO EM RORAIMA: OUTRAS TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS</b>	53
2.1 Movimento indígena no Brasil: “organizar para sobreviver”	53
2.2 O Conselho Indígena de Roraima e o feixe de varas	56
2.3 A Rede Wakywai de comunicação indígena em Roraima: primeiros passos	63
2.4 Campos de saberes da comunicação indígena e a demarcação política das telas	69
<b>TEMÁTICA 3: OS COMUNICADORES INDÍGENAS E AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM RORAIMA</b>	79
3.1 Os sujeitos que compõem a Rede de Comunicadores Wakywai	79
3.2 Os comunicadores indígenas e as estratégias de co-produção da pesquisa	83
<b>TEMÁTICA 4: AS ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS</b>	94
4.1 O ano de 2020: a comunicação indígena sob o signo da pandemia	95
4.2 O ano de 2021: a comunicação indígena e a batalha do século	100
4.3 Entre desafios e potências: análise das estratégias	106
<b>ACORDOS DA PROGRAMAÇÃO (Considerações Finais)</b>	114
<b>REFERÊNCIAS</b>	118

## QUEM SOU EU?

A pergunta que sempre esteve comigo por longos períodos, quem é Ariene dos Santos Lima? E quando hoje, andando pelas ruas da cidade de Manaus, fiquei pensando que quando nos perguntam isso é porque querem saber nossa profissão, de onde viemos, a que grupo pertencemos. Pois bem, a Ariene foi uma criança nascida na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, não nasci num hospital, meu nascimento se deu por uma parteira e ocorreu dentro de uma casa de palha, no alto de um pequeno monte no interior da minha comunidade. Cresci em meio a sete irmãos, cinco meninas e dois meninos, sou a segunda irmã mais velha. A nossa base alimentar na infância era retirada do próprio território, como carne de veado, capivara, jacaré, tatu, jabuti, paca, cutia, peixes pequenos, mas tínhamos também criação de porco e galinha. Meu pai sempre trabalhou na roça e tinha muita mandioca (matéria-prima da farinha amarela), minha mãe cuidava da parte de ajudar a plantar, colher e depois fazer o processo da farinha, de tirar goma e fazer a tapioca. Naquela época (ano de 1998), morávamos em um sítio que ficava dentro do território indígena, mas era afastado do centro da comunidade. Meus pais preocupados com a nossa educação se mudaram para o centro, que fica próximo à escola. Era muito difícil irmos a essa parte central da comunidade, uma imagem fixa na cabeça foi a primeira vez que vi o malocão, me lembro de que na entrada tinham grandes árvores, e as folhas caindo, essa cena persiste na minha memória ao lembrar dessa mudança. E a partir daquele momento começamos a morar nessa parte da comunidade.

No ano do meu nascimento (1996), meus pais se converteram ao cristianismo, para ser mais específica, se tornaram membros da igreja evangélica Assembleia de Deus, sendo assim, desde muito cedo aprendi as doutrinas da instituição, muito mais até do que a minha própria cultura.

Até 2005 minha comunidade não tinha energia, foi somente por conta do programa de governo “luz para todos” que houve iluminação no nosso território, provocando outras mudanças.

Minha infância foi ali entre a escola e igreja; meu pai por questões das doutrinas da igreja evangélica não deixava nem eu e nem a meus irmãos

participar das danças tradicionais, sequer dos rituais de pintura. Sempre digo que vivi na comunidade, mas parte dos ensinamentos da cultura do meu povo eu não os vivenciei. O conhecimento que trago desse tempo foi o que aprendi na escola, a escrita da minha língua materna, os grafismos, os contos e a prática de fazer artesanatos.

Mais tarde, dos 14 para os 15 anos, eu comecei a participar das reuniões comunitárias por determinação dos meus professores; nesse tempo fui levada pela primeira vez a uma grande assembleia de professores indígenas, foi ali que se deu meu primeiro despertar para o movimento indígena. Eu não conhecia as organizações indígenas, e ali passei a conhecer o Conselho Indígena de Roraima (Cir), a Organização dos Professores Indígenas (Opir) e a Organização das Mulheres Indígenas (Omir). Lembro que fui tomada profundamente pelas palavras de um jovem líder, Mário Nicácio, na época ele estava à frente da coordenação do Cir. Percebi que se a nossa geração de jovens indígenas não se levantasse para dar continuidade à luta dos nossos ancestrais, ninguém iria fazer isso. Foi assim que a partir daquele dia minha vida se deu ao movimento em defesa dos nossos povos. Aos 16 anos assumi a coordenação da juventude indígena da minha região e no dia da minha posse pintaram meu rosto, fizeram os grafismos indígenas, usei meus trajes indígenas e fizeram o ritual. Mas antes de adentrar na dança, eu olhei para o meu pai e ele me autorizou e desde então nunca mais parei de estar junto do meu povo.

Meu ensino médio foi todo realizado entre as constantes agendas do movimento indígena e a escola. Apesar de querer ir para a Universidade, o sonho era distante, pois me diziam que minha luta indígena não iria me fazer entrar no Ensino Superior. Mas nessas caminhadas descobri que havia uma vestibular indígena, e assim comecei a acreditar que de fato eu poderia entrar em uma Instituição Pública, mas não seria fácil, pois teria que me mudar para a capital, e eu sabia que teria que enfrentar outros desafios. Ao concluir o ensino médio fiz o vestibular indígena, mas também fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o vestibular convencional da Universidade Federal de Roraima (UFRR), me mudei para a capital um mês antes de sair o resultado das provas

dos vestibulares. Nesse primeiro mês minha mãe conseguiu um trabalho para mim em uma casa de família, comecei a trabalhar como empregada doméstica, foi uma experiência que me provocou profundas marcas psicológicas. Na primeira casa que morei fui acordada com gritos, convivi com o olhar de desconfiança, e as palavras preconceituosas me fizeram fugir do local. Dessa experiência apaguei uma série de informações, não me lembro de onde se localiza a casa e muito menos dos rostos daquelas pessoas. Andei pelas ruas da capital com profunda dor, minha mãe me disse que infelizmente não sabia outra forma de trabalho que não fosse isso, e foi assim que fui para uma segunda casa de família, fiquei nessa casa por um mês. Mas o preconceito instaurado na sociedade é enraizado, nesse espaço tive que ouvir várias vezes que “índios são imundos” e outras palavras que mais uma vez me fizeram entender que ali não era o meu lugar.

Ao final dessa temporada descobri que tinha passado em todos vestibulares que havia feito; optei pelo vestibular indígena e ingressei na Universidade Federal de Roraima por meio do Processo Seletivo Específico (PSEI) em 2015 para o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

O meu primeiro contato com a comunicação foi através da Jornalista indígena Mayra Wapichana que hoje é minha amiga, do meu círculo pessoal de relacionamento. No ano de 2013 a Mayra esteve na minha comunidade e me entrevistou, eu não tinha conhecimento sobre outra área de atuação profissional que não fosse direito, medicina e a de licenciatura para professores indígenas. Dois anos depois eu estava optando pela comunicação.

Recordo que nos dois primeiros meses do início do semestre a Universidade estava em greve e que um mês antes das aulas começarem eu estava na maior mobilização da educação escolar indígena, junto com milhares de lideranças. Fiquei 30 dias na praça em frente à Assembleia Legislativa de Roraima, lutando coletivamente para que o Estado melhorasse a situação da educação escolar indígena, mas principalmente que colocasse de volta a lei que permitia ter o ensino da nossa própria língua indígena na grade curricular.

No primeiro dia de aula da universidade eu estava decidida que jamais deixaria que dentro daquela instituição minha luta fosse silenciada, estava cansada e no primeiro dia de aula me apresentei como Indígena do povo Wapichana, a sala estava cheia de alunos não indígenas. Comigo entraram mais três alunos indígenas, nesse dia apenas mais uma pessoa se identificou como indígena. Era uma realidade completamente diferente da minha, as falas eram cheias de palavras difíceis da língua portuguesa, os demais alunos sabiam manusear os equipamentos tecnológicos, e eu mal tinha um celular que nem pegava internet.

A universidade ampliou meus olhares enquanto acadêmica, mas também como ativista indígena, na verdade foi a primeira vez que ouvi essa palavra “ativista”, para nós é comum desde muito jovens lutarmos pela nossa causa e defender com toda veemência. Foi ali que fiz amigos, e tive professores que me possibilitaram ter minha base acadêmica mais consolidada, sei que sem esse aparato a minha caminhada teria sido mais difícil.

Graças a uma bolsa da Universidade eu pude me dedicar totalmente ao curso, apresentar artigos e participar de eventos fora do estado e do Brasil. O primeiro artigo tinha o título de “Mídia digital como ferramenta alternativa para os povos indígenas em Roraima: Um estudo de caso na página do Facebook Rede Região Murupu”, apresentado no ano de 2018 no 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação que ocorreu na Universidade da Região de Joinville, em Santa Catarina. Foi ali que enxerguei a necessidade de ampliar nossas vozes na academia enquanto pesquisadora, até então nunca havia pensado em seguir na área acadêmica. Após esse primeiro trabalho, apresentei outros, no entanto, minha vida sempre foi alinhada ao movimento indígena, e sempre tive dificuldade de conciliar os estudos e as horas nas assembleias e mobilizações, mas entendi que mesmo nos momentos de correrias era necessário me formar. Me formei no meio do ano de 2019, e no mesmo ano de formação da graduação, fui chamada pelas minhas lideranças para assumir a coordenação do departamento de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, principal organização do movimento Indígena no estado.

Estive no Cir até 2020, ano em que fundamos a rede de comunicadores indígenas Wakywai<sup>1</sup>.

No ano de 2020 ingressei no mestrado em comunicação na UFRR em um momento que o mundo estava aflito por conta da morte de milhares de pessoas em decorrência Covid-19. No Brasil os casos cresciam cada vez mais, e o vírus já circulava no Estado de Roraima. As aulas iniciaram de forma presencial em março de 2020, nessa semana eu estava na 49a assembleia geral dos povos indígenas de Roraima. Quando retornei para a capital, as aulas já haviam sido suspensas por conta do vírus. Essa pausa nas aulas durou uns meses até que o retorno se deu no formato remoto.

Na sequência perdi minha mãe, foi um momento que mudou completamente o meu destino. Ainda muito abalada decidi fazer das palavras de minha mãe um antídoto para seguir a vida. Decidi me candidatar às eleições para o cargo de vereadora de Boa Vista. As aulas iniciaram e eu estava no ápice de uma candidatura, foi uma forma de vivenciar a dor que estava sentindo. Perdi as eleições e no final do ano de 2020 tive uma interrupção psicológica, comecei a perder outros parentes indígenas para a Covid-19 e isso afetou meu emocional. Cheguei a manifestar minha vontade de desistir do mestrado, mas graças aos meus colegas e professores não desisti, fiz terapia e continuei. Mas as aulas online me davam agonia e angústia. Na época fiquei um tempo longe das telas do celular e do notebook, passei um mês na minha comunidade e comecei a me recompor espiritualmente. No ano de 2021 começo a perder mais familiares, perdi minha avó materna, uma prima e quatro tios, e isso tudo em meio a minha qualificação, mas com muito incentivo consegui apresentar parte dessa escrita e me qualificar.

E ainda em 2021 em meio a esse período turbulento de pandemia e mestrado entrei para mais um desafio, fazer parte da equipe de comunicação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Estive na Instituição até o final de maio deste ano de 2022, entendi que não

---

<sup>1</sup> Wakywai significa na língua indígena wapichana “nossa notícia”.

conseguiria conciliar meu tempo de intensas agendas na Coiab com o término dessa pesquisa.

Para nós estudantes indígenas é sempre um grande desafio estarmos na academia e nas linhas de frente das mobilizações, pois muitas das vezes temos que abrir mão de uma, apesar de acreditarmos que a universidade é também um espaço de luta, mas no meio das mobilizações nossas lideranças nos convocam para estarmos junto, pois acreditam que nós temos que estar formados também no movimento indígena. Concordo com isso, mas a frente dupla de responsabilidades e o estado de angústia intensificado pela pandemia e pelas perseguições no atual governo contra os povos indígenas, por vezes pesam demais.

Nossa luta, neste momento, vivencia um tempo de violência extrema. O movimento indígena foi afetado pela morte de dois companheiros, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips, que foram brutalmente assassinados neste mês de junho, por denunciarem o crime dentro dos territórios indígenas. É muito indignante vivenciar tudo isso, a pergunta que fazemos é: quem será o próximo? O assassinato de Bruno e Dom não é um caso isolado, já tivemos centenas de lideranças que morreram por defender o território indígena, a sensação que fica é a inércia de um Estado que acoberta esses assassinos. Por horas fiquei reflexiva enquanto tentava voltar para essa escrita da dissertação, há horas que penso será que vale a pena estarmos na academia enquanto nossos parentes estão morrendo? Quando diversas vezes optei em estar na mobilização, foi porque para mim não tinha sentido ficar escrevendo enquanto meu povo estava na linha de frente, mas entendo também que a pesquisa é fundamental para denunciarmos o descaso e além de tudo fazer com que entendam que a nossa luta é a defesa da mãe terra e isso seja dentro da universidade, seja fora dela. Eu não tenho medo da morte, tenho medo de não me empenhar o suficiente para defender o nosso sagrado. Já não só apenas Ariene, tornei-me Ariene Susui (para lembrar em língua wapichana que a beleza das flores é uma criação sagrada da mãe natureza e por ela vale lutar.

## BOAS-VINDAS (Introdução)

A ideia de iniciar essa escrita dissertativa com a minha apresentação reafirmando o nosso processo histórico se aproxima de um modelo de afeto, é como se eu estivesse diante de uma das muitas reuniões e assembleias que os diferentes povos indígenas realizam mundo afora. É um ritual que fortalece a visão de nossa própria diversidade, sendo uma maneira inicial de demarcarmos nossos espaços de identidade, representação, pertencimento e visibilidade, aplicada também à pesquisa e ao ambiente acadêmico. Por isso, imagino a estrutura deste trabalho como uma grande roda, um espaço circular e coletivo pouco ajustado à planície do papel, a linearidade e as regras da escrita. Mas tento imaginar o vento que sopra do lago Caracaranã em direção ao grande malocão como forma de me lançar nessa tarefa, como se começasse agora uma grande assembleia do meu povo para discutir em vários momentos a temática da nossa comunicação indígena.

**Figura 1** - VII Assembleia Estadual da Juventude Indígena de Roraima no Centro Regional Lago Caracaranã em 2022



Fonte: Conselho Indígena de Roraima

O que nos trouxe até aqui? É importante entender que o estudo traz a nossa participação direta, num misto de ativista indígena, comunicadora e pesquisadora. Nesse aspecto o objetivo central do nosso trabalho é compreender e analisar o campo de produção de conteúdo criado pela rede de comunicadores indígenas de Roraima denominada Wakywai, que quer dizer em língua wapichana, “nossa notícia”. A análise é feita na mídia social Facebook, no período de 2020 a 2021, pelo acompanhamento da produção durante três meses em cada ano, (junho, julho e agosto de 2020/2022), buscando nessa atuação dos comunicadores indígenas as contribuições coletivas sobre o reconhecimento, a visibilidade e fortalecimento étnico.

A rede de comunicadores indígenas, vinculada ao Departamento de Comunicação do Conselho Indígena de Roraima (Cir), foi idealizada no final de 2019. A ideia da rede é fomentar o uso das novas tecnologias da informação para assegurar a conexão dos povos indígenas, visando a partilha de suas experiências, a criação de estratégias comunicacionais para o fortalecimento de suas demandas e a visibilidade de sua expressão identitária e cultural.

**Figura 2** - Registro do 2º seminário de comunicadores indígenas em



Fonte: Rede Wakywai

Mas antes de avançarmos sobre os detalhes da pesquisa em curso, é importante situar o espaço e os desafios de se pensar uma comunicação indígena na região Norte e no estado fronteiriço mais setentrional do Brasil, especialmente sobre o que este espaço diz em relação aos povos indígenas.

Neste aspecto, trazemos o mapa da abrangência da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) que apresenta em suas composições os territórios indígena da Amazônia Legal.

**Figura 3 - Mapa dos estados pertencente à Coiab**



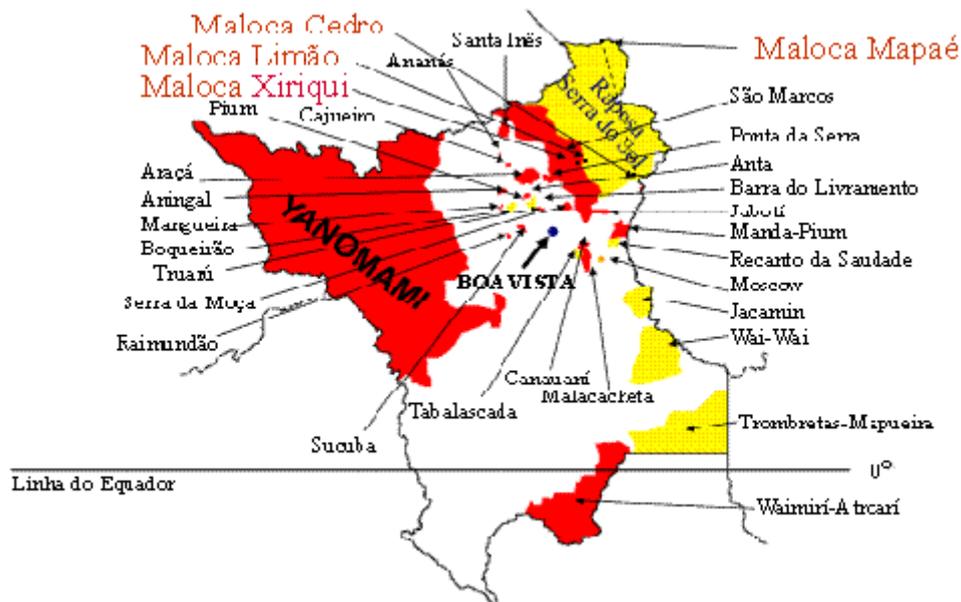
Fonte: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

A representatividade das populações indígenas em Roraima foi atualizada em números em abril de 2020. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tradicionalmente levanta e consolida dados

demográficos a cada década, por conta do coronavírus, adiou o processo de coleta para 2021, mas antecipou esta divulgação sobre o quantitativo de indígenas por municípios brasileiros sob o argumento dos dados subsidiarem políticas de enfrentamento ao Covid-19 junto às populações indígenas<sup>2</sup>.

Roraima é o estado que possui o segundo maior número de localidades indígenas no Brasil. São 587 comunidades, ficando atrás do Amazonas que lidera o ranking. A região Norte concentra a maioria dessas localidades, com 63,4% do total no país. Em 2016, segundo o caderno temático do Atlas Nacional Digital do Brasil/IBGE, por proporcionalidade, Roraima detém a maior participação no total da população do estado, com o percentual de 11,01%. Portanto, parte-se de uma relevância quantitativa para enveredar nos sentidos qualitativos de desenvolver estudos sobre nós, a parcela significativa da população regional.

**Figura 4 - Terras indígenas demarcadas no estado de Roraima**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, editoria Cidades em 01 de julho de 2016.

As comunidades indígenas vivem em constante processo de mudança e de resistência, num lastro que remete à contínua reinvenção dos modos coloniais, de ameaça às suas formas de vida, seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Esses sinais, por vezes problematizados pela literatura acadêmica não são, todavia, predominantes nos meios convencionais de comunicação e nem são desconstruídos nas próprias perspectivas metodológicas das universidades.

Maldonado (2013) e Bonin (2018) reconhecem que existem “sentidos comuns” acadêmicos que precisam ser problematizados e desconstruídos, a favor de uma crítica aprofundada que se relacione com as realidades comunicacionais contemporâneas. Também reconhecem que existem saberes tradicionais milenares e de sentidos comuns esclarecidos com os quais a ciência deve dialogar, para que “se construa uma razão mais ampla e multifacetada, menos arrogante e mais sensível e empenhada em construir um conhecimento aprofundado e comprometido com a vida em múltiplas dimensões” (BONIN, 2018, p. 16).

Na Universidade Federal de Roraima (UFRR) tem havido um aceno positivo para a inclusão de indígenas no ensino superior por meio do Instituto Insikiran (com formação diferenciada e intercultural) e do Processo Seletivo Específico para Indígenas (Psei). Assim, se intensifica ao longo dos últimos anos, uma frente de pesquisa desenvolvida por alunos de diferentes etnias indígenas em vários cursos de graduação. No Jornalismo, temos uma produção significativa de trabalho de conclusão de cursos protagonizados por alunos autodeclarados indígenas<sup>3</sup> e mais recentemente, no curso de mestrado

---

<sup>3</sup> As pesquisas desenvolvidas pelos indígenas na graduação em Jornalismo foram: “Da fala à internet: as práticas comunicacionais indígenas da comunidade Truaru da Cabeceira em Roraima”, de Ariene dos Santos Lima (2019), “Os conflitos representacionais sobre os indígenas em postagem viral no Facebook”, de Helena Leocádio da Silva (2017), “A agenda midiática e a visibilidade indígena no Portal G1RR”, de Reraldo Ramos Trajano (2016), “As estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima”, de Mayra Celina da Silva Pereira (2016).

em Comunicação, iniciado em 2019, duas wapichanas integram o programa, Márcia Fernandes e eu. As temáticas circundam situações de preconceito, discriminação e ameaça aos direitos assegurados pela Constituição Federal, num contínuo processo de construção social da realidade aparelhado pela mídia hegemônica. As pesquisas apontam ainda para a invisibilidade dos próprios indígenas como sujeitos-fonte, ou como interlocutores ou protagonistas das coberturas jornalísticas. Como ressalta a jornalista indígena do povo Wapichana, Mayra Celina Pereira:

Na perspectiva dos movimentos sociais indígenas não tem havido da parte dos meios tradicionais de comunicação, especialmente da cobertura local, um esforço em traduzir as necessidades e os direitos das diferentes etnias que vivem em Roraima (PEREIRA, p. 12, 2016).

A condição em não se dispor de uma presença frequente ou mais qualificada no espaço convencional dos meios de comunicação tem provocado outras estratégias para a criação e circulação de informações sobre os povos indígenas e suas demandas. Desse modo, tem-se nesta pesquisa um esforço valorativo a considerar, a atuação dos comunicadores indígenas de Roraima e o potencial da comunicação como espaço de expressão da cidadania, reconhecimento e o fortalecimento étnico.

Mas pensando nessa estrutura de conhecimento é necessário antes destacar a metodologia que orienta esse estudo da comunicação indígena e suas variadas formas de produção. No interior dessa discussão, precisamos ressignificar a ciência ocidental e alguns aspectos que nos trouxeram até aqui.

Então, há um movimento entrelaçado na perspectiva dessa pesquisa. O objetivo central é investigar e analisar a comunicação digital realizada pela rede Wakywai de comunicadores indígenas. Mas essa perspectiva conduz-nos também à necessidade de refletir criticamente as formas de se construir, de modo indígena, um saber no interior da academia. Ou seja, na medida em que nos perguntamos de que forma atuam os comunicadores indígenas em Roraima pela via da comunicação digital também nos

interrogamos como é possível ter uma alternativa metodológica e científica que se aproxime mais da escrita indígena. E nesse exercício experimental, a base comum continua sendo a pesquisa das formas de protagonismo e de intervenção social dos indígenas, sobre um objeto direto (a comunicação digital) e sobre a maneira como podemos ensaiar outros modos de fazer e de contar os resultados dessa pesquisa (o saber metodológico).

De modo específico, os objetivos se materializam nas linhas temáticas da grande assembleia que constitui este texto: problematizar as vias metodológicas entre as diferentes formas de saber para situar um jeito mais indígena de pesquisar; Historicizar o processo de formação da rede de comunicadores indígenas, como parte do movimento indígena e outras territorialidades sociais; Apresentar as subjetividades que envolvem os sujeitos comunicadores e as suas contribuições diretas na construção coletiva dessa pesquisa; Analisar as estratégias de resistência por meio dos conteúdos digitais dos comunicadores indígena.

Compreendemos que essa pesquisa se justifica principalmente pela oportunidade de tratar da produção de comunicação de interesse indígena, criando oportunidades de visibilidade e protagonismo como estratégia de cidadania não praticadas no modelo hegemônico das mídias tradicionais. E isso além de ser uma estratégia de justiça e cidadania, para nós representa uma questão de sobrevivência. No momento em que o contexto político e sociocultural brasileiro impõe fortes desafios aos povos indígenas, por meio de medidas constrangedoras aos nossos direitos constitucionais, a comunicação não hegemônica torna-se um instrumento de apropriação coletiva na defesa de causas que historicamente são alavancadas pelas populações originárias, a exemplo de sua territorialidade.

No cenário amazônico, onde o incentivo a atividade garimpeira e ao extrativismo predatório é de longa data e vem se intensificando absurdamente no contexto de pandemia da covid-19, a criação de outras narrativas na perspectiva indígena, torna-se uma ação mais urgente a incitar pesquisas que indiquem o estágio da nossa civilização, por meio de focadas iniciativas como as que se propõem os comunicadores indígenas.

Do ponto de vista acadêmico, a relevância desta pesquisa passa inicialmente pela forma de constituí-la, buscando se estruturar coletivamente, amadurecer com a rica participação e diálogo com outros pesquisadores e comunicadores indígenas. Essa composição busca assegurar uma forma mais colaborativa e aproximativa dos parâmetros não exclusivos da ciência ocidental. Com isso, a pesquisa favorece uma contribuição acadêmica de reforço à diversidade, por meio da co-produção de investigação com os conhecimentos indígenas.

Além disso, existem minhas próprias inquietudes em estar em eventos de comunicação e ouvir sempre não indígena falando da comunicação indígena, geralmente reproduzindo métodos. Pensar a comunicação indígena a partir desse pressuposto me lembra do porquê cheguei até aqui, não necessariamente por conta de um título acadêmico, mas por conta da relevância que é fazer com que nós comunicadores indígenas possamos escrever sobre nós mesmos, e essa luta tem que ocorrer em todas as instâncias, essas angústias me fizeram chegar até aqui, e de qualquer forma esse nosso estudo vai ser usado para pesquisa, e que se for assim, que seja por nós. Interessa para nós a construção de uma narrativa correspondente, que promova o diálogo, que faça pensar e nos ajude a escrever. Não existe um começo, existe um ponto de partida, mas que não é o começo, pois os caminhos vão sendo construídos ao longo do processo. Por isso, a escrita desse trabalho se dará em parte em construção de forma coletiva com a participação de três comunicadores indígenas, auxiliando na discussão de pontos da pesquisa, e sendo também a parte investigada por eles comporem também a equipe de comunicadores indígenas. São estratégias de uma comunicação que vai além das estruturas convencionais, tudo é entrelaçado.

Nesse sentido, as escolhas metodológicas assumem um grau de importância que pedem um espaço exclusivo de desdobramentos, o que passa a ser explicado na Temática 1. Não se trata apenas de descrever etapas que constituem o modo de desenvolvimento da pesquisa, mas de buscar desterritorializar o quanto possível as metodológicas associadas aos saberes amazônicos e às populações indígenas, problematizando as regulações do

espaço acadêmico, as violências implícitas nestes padrões, assim como suas subversões.

As reflexões teóricas e metodológicas que tratam da comunicação se apoiam nos saberes contra coloniais associados ao midiativismo no contexto da comunicação indígena digital. Para tanto, as ideias desenvolvidas por autores tais como MALDONADO (2015), PERUZZO (2018), KRENAK (2019, 2020), KOPENAWA e ALBERT (2015), MUNDURUKU (2012), TUHIWAI (2017) são suportes essenciais para a organização e problematização dos dados e das reflexões críticas trazidas nessa experiência.

Assim sendo, a ordem temática deste trabalho lembra novamente o processo de apresentação da pauta e programação do grande encontro que caracteriza as nossas assembleias. De forma que na **temática 1** abordaremos a construção de uma proposta metodológica, arriscada para os parâmetros científicos ocidentais e profundamente solicitada pela nossa necessidade de dar um formato mais próximo possível da nossa forma de elaborar ideias, projetos e partilhas coletivas nesse campo da comunicação indígena. Os desafios se apresentam em, pelo menos, três ordens: teóricas, metodológicas e técnicas. E sobre todas elas, a necessidade de refletir o lugar dos indígenas, dos saberes, da comunicação e da emancipação, reivindicando múltiplas formas de viver as experiências no mundo.

Na **temática 2** é o momento de lembrarmos que essa comunicação proposta pela Rede Wakywai é parte de um grande movimento de resistência indígena no Brasil e ela só faz sentido se apresentada como mais uma “vara” a fortalecer o feixe da luta. Para isso é necessário conhecer os primeiros passos dessa história e como algumas ideias e pensadores colaboram com essa prática de comunicação.

A **temática 3** traz as subjetividades dos comunicadores e as informações mais locais dessa expressão de organização e luta em Roraima. Algo que conduz à **temática 4** que apresenta e analisa o próprio trabalho dos comunicadores indígenas, por meio da produção dos conteúdos digitais. Nesse âmbito, as considerações dos comunicadores indígenas são

fundamentais para a construção de um pensamento crítico e de resistência também na ocupação das telas digitais.

Enfim, esse é o desenho do nosso encontro, mas para que se estabeleça novamente uma conexão imaginativa que nos move, antes de irmos a cada uma das temáticas precisamos pedir forças à nossa espiritualidade que nos têm conduzido até aqui, apesar de todas as opressões sofridas hoje por nós e, no passado por nossos ancestrais.

## ORAÇÃO<sup>4</sup>

Aizii didi'a unkia'azun kaimem manawyn py at wa Dary tuminkery pyna'akan id ungary Atii da'ati'i, py kamininke'ytan id ungary Atii da'ati'i. Aizii kapam unta'azun ipei tuxauanau, lidernaçanau maxaapan py ka'y it, ou tapkiz indiayn kaimem manawyn. Intaapkiz , na'akapkiz wa wawiiz, na'ik in aidkiz na'iti'iran deynap wry'y painhanhau at.

Hoje aqui quero dizer muito obrigado a vc meu Deus, por me fazer chegar até aqui, por me conduzir até aqui. Hoje também quero agradecer e entregar a vida de cada tuxaua, de cada liderança em tuas mãos, para que possa cuidá-los sempre. Para que possam conduzir nossas comunidades e que mostrem o caminho para a futura geração.

**Figura 5** - A bênção pela defumação do Maruai feita pela pajé Mariana em evento da juventude indígena



Fonte: Conselho Indígena de Roraima

<sup>4</sup> Oração em Wapichana feita por Joive Alberto de Souza, jovem liderança do movimento indígena da comunidade Novo Paraíso.

## **TEMÁTICA 1 - A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA INDÍGENA**

Quando começamos este estudo não sabíamos que caminho seguir. O receio em violentar meu próprio povo sempre esteve presente, um tipo particular de violência que o sociólogo francês Pierre Bourdier (1989) chama de simbólica, e nesse caso, pela via de conhecimentos e epistemologias que pouco se articulam com as visões indígenas, história e contexto.

Em diversos momentos na construção dessa dissertação, problematizo os sentidos de estar me ocupando de uma atividade acadêmica enquanto muitos de nossos povos estão morrendo, em decorrência da covid-19 ou da opressão do Estado que não reconhece nossos direitos. Mas, novamente a compreensão de que estamos integrados ao passado, em nome dos nossos ancestrais, e vinculados a um projeto melhor de futuro, nos dá outros sentidos para continuar.

A nossa experiência ativista e questionadora, bem como o impulso favorável que recebi de minha orientadora, nos fizeram refletir que seria possível realizar uma trajetória de pesquisa mais conciliada com nossos hábitos, valores e percepções.

Na cosmovisão de nossos mundos, qual será de fato a nossa contribuição para a academia e as nossas comunidades? Ao longo de toda essa escrita é necessário fazermos a autocrítica, pois estaremos em constante contato com outros pensamentos, o cuidado é para não nos perdemos nas inúmeras teorias e não esquecermos que nossos anciãos precisam que nossa passagem pela universidade sirva para ajudar nosso povo.

Propomos, então, uma combinação de métodos com ênfase para as marcas da expressão étnica, sendo assim a pesquisa enquanto método perpassa por um contexto histórico do lugar de onde o pesquisador fala, atravessando os caminhos científicos que trarão ao longo da trajetória novos conceitos.

Nossos saberes estão concentrados no nosso sagrado, mas o que constitui esse sagrado? Aprendemos enquanto andamos em nossas

comunidades, enquanto participamos de nossos rituais, que envolvem o espiritual, sendo assim um saber que vai além da escrita em si. Não podemos tocar os espíritos ancestrais, mas podemos senti-los. O que ousamos aqui repassar são esses movimentos experimentais entre a academia, saberes indígenas e as intensas lutas por garantias de direitos. Apesar de sermos povos distintos e culturalmente diferentes, Davi Kopenawa (2015) descreve com muita clareza sobre esse processo

Nós somos habitantes da floresta. Nosso estudo é outro. Aprendemos as coisas bebendo pó Yãkoana com Xamãs mais antigos. Nos fazem virar espíritos e levam nossa imagem longe, para combater os espíritos maléficos ou para consertar o peito do céu. É assim que os antigos xamãs nos fazem conhecer os xapiri, abrem seus caminhos até nós e nos mandam construir nossas casas de espíritos (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p, 458).

Enquanto povos étnicos e pesquisadores, a construção de um saber se alinha ao que chamarei de “conceitos - não conceitos”, o que seria essa terminologia? Se trata da aproximação e da construção de novos saberes, não tendo como ponto focal conceituar esse processo e sim falar sobre o caminho e as constantes modificações, sempre alinhada ao tempo presente e passado, como é o caso das lutas identitárias. As intensas mobilizações ocorrem corriqueiramente, então é necessário se adaptar a elas enquanto construímos nossas metodologias no campo científico.

Na perspectiva dessa construção pensamos que é na processualidade que esse trabalho se fez, pois se trata de uma estrutura dinâmica e interconectada com nossa realidade e desafios no presente. Lisiane Aguiar (2011), sobre estudos do método cartográfico, destaca esses trânsitos “no campo, nas letras e linhas, na escrita, no sujeito/pesquisador, ou seja, a partir do reconhecimento de que o tempo todo estamos em processo, em obra” (AGUIAR, 2011, p.11).

Diante disso, decidimos transformar a discussão metodológica em um capítulo específico para indicar a importância que representa a escolha sobre “como” desenvolver a presente pesquisa e os impactos e as relações que a seleção de procedimentos significam sobre a nossa condição de pesquisadora indígena.

A nossa experiência inicial com o Trabalho de Conclusão do curso de graduação em Jornalismo já havia demonstrado o incômodo em fazer uma reprodução de metodologias sem uma análise crítica sobre as formas acadêmicas de desenvolver a pesquisa. Restou, naquele contexto, conviver e superar as dificuldades iniciais de compreensão de um grande volume de informações sobre técnicas, normas e padrões. O tempo de produção não nos permitiu questionar algumas inquietações que ficaram pelo caminho e que agora sentimos que é adequado fazer o relato delas para que se possa aproximar dos objetivos desta pesquisa com mais profundidade.

Assim, essa etapa do trabalho é elaborada a partir de três interrogações que ocorreram, como forma de organizar as dúvidas reais que, em alguns momentos, trouxeram desânimo e que em outros instantes foram a energia que precisávamos para dar partida: Qual e como é o lugar de onde nos expressamos? Que metodologia científica é essa que não queremos automaticamente adotar para a nossa realidade? De que forma poderemos construir uma proposta metodológica que seja a expressão de um modo de ser mais indígena na academia e que possa fundamentar a pesquisa sobre as ações dos comunicadores indígenas?

### **1.1 O contexto físico e simbólico e os processos de criatividade e resistência**

Essa escrita é herdeira da pandemia causada pelo novo coronavírus que atingiu e ainda traz ameaça a população global desde o final de 2019. Esse contexto é concreto e é simbólico porque apesar de seu alcance objetivamente mundial, a pandemia aprofundou desigualdades, ou seja, estamos no mesmo mar em tempestade, mas as embarcações são diferentes. Para as populações indígenas no Brasil, por exemplo, a tragédia do contato histórico com doenças transmitidas por não indígenas que ceifou vidas e povos inteiros se atualizou em números preocupantes em decorrência da Covid-19.

Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 1.311 indígenas perderam a vida em decorrência dessa doença no Brasil até o dia 15 de junho de 2022. Em Roraima, os números chegam a mais de 120

óbitos, com base nos dados até maio de 2022 recolhidos pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab).

Esse desastre humanitário coincide com posturas omissas e negacionistas sobre a gravidade da doença da parte da maior autoridade política do Brasil, a presidência da República e um grande número de apoiadores, dentro e fora do cenário político. Associado a essa agenda pautada pela morte diária de brasileiros, há uma ausência de políticas públicas de correção e enfrentamento em diferentes níveis, sanitário, econômico, ambiental e cultural.

Nós, populações indígenas, passamos a agir em torno da organização de nossos próprios movimentos, buscando parcerias e apoiadores para reduzir a extensão dessa calamidade. Para romper com a anestesia dos números que parecem abstratos demais, o Conselho Indígena de Roraima (Cir) passou a produzir notas de pesar pela morte dos indígenas de diferentes comunidades. Perdemos um grande grupo de lideranças na saúde, na educação, na cultura tradicional e na coordenação de projetos locais das comunidades. O número de perdas começou a diminuir desde a aplicação das vacinas nas comunidades. A partir da perda de nossa mãe em 01 de agosto de 2020, a família viu partir por complicações de covid-19 quatro tios e nossa avó materna. Logo, a primeira questão metodológica é: como realizar de forma racional um conjunto de tarefas acadêmicas se emocionalmente estamos marcados cotidianamente pelo luto e pela insegurança?

Assim, o contexto da escrita foi instável, com longos dias de silêncio, alguns marcados pela produção de escape da realidade, outros dias consumida pela dor e outros mais iluminados pela ideia de que esse é um caminho não só possível mas necessário para incentivar as nossas existências. Diante disso, a pergunta metodológica se alterou de novo: Como fazer desse cenário um lugar de pesquisa no limite das nossas capacidades físicas e emocionais?

Um outro aspecto referente ao lugar de onde nos expressamos nesse contexto remete ao nosso microcosmo, a nossa casa e a nossa comunidade. As inúmeras conexões que estabelecemos partem desses espaços. Neles convivem, nem sempre em harmonia, as tarefas domésticas e as tarefas

acadêmicas. Um retrato da escrita desta dissertação ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2021. Em reunião de modo virtual, ouvi da orientadora da pesquisa a sugestão para que escrevêssemos sobre o ambiente em que o trabalho estava sendo construído. Aquilo que poderia ser apenas uma medida para conhecer as nossas condições cotidianas de produção acadêmica, cresceu em importância porque passamos a compreender que nada é desconexo e que esses fatores que podem parecer pequenos são expressões de identidades, modos de viver e de ser que dialogam com o próprio processo de pesquisa.

Assim, relatamos que a casa “em luto” contava apenas com uma adulta, essa pesquisadora, eu estava cercada por crianças: Safira Lima Roppa (05 anos), Ruthe Thaeme Tamurukuku (05 anos), Natanael Lima Roppa (03 anos), Lídia Hadassa Lima André (08 anos) e Zaquel Duarte dos Santos Lima (10 anos). Por questão de saúde, nossa irmã teve que ser internada no Hospital Geral de Roraima por vários dias. Como nossa outra irmã foi a sua acompanhante no hospital, os filhos das duas ficaram sob meus cuidados. Começo a escrever sempre pela noite, que é quando as crianças dormem. O que mencionamos é apenas uma breve descrição desse período turbulento de pandemia da covid-19, mas de muita conexão na nossa comunidade Truaru da Cabeceira.

Fazia muito tempo que não ficava por mais de uma semana em nossa comunidade, a situação de doença em família fez com que, naquele contexto, eu permanecesse por quase um mês. Durante os dias na comunidade recebi diversas doações de alimentos (farinha, banana, pimenta, limão, verduras, arroz, buriti), como ajuda de todos no cuidado dos filhos das minhas irmãs. Confesso que por estar longe da comunidade, vivendo em Boa Vista nos últimos anos, eu já tinha esquecido desses detalhes, os dias corridos na capital me fizeram entender que em tudo o dinheiro é usado seja para se alimentar, se locomover e até a água para consumir é comprada. A nossa existência está fortemente marcada pela economia de mercado, pelo sistema capitalista, fazendo com que estranhemos outros modos de sobrevivência material que não se fazem pela via do dinheiro. É nesse ambiente familiar e de reinserção na comunidade, movida pela memória e pelos desafios que se lançam no

presente, que os processos da pesquisa começaram a ser mais fortemente problematizados.

Quando nos tornamos pesquisadores é necessário analisarmos os espaços que iremos percorrer e onde tudo isso nos levará. Nesse contexto inicial, para se ter uma forma mais clara de apresentar os contornos da pesquisa científica, utilizarei as palavras da parente pesquisadora, do povo wapichana, Rosiane Cadete Fidelis (2020). Ela faz uso de uma metáfora no início da sua dissertação que me pareceu apropriada tanto pela familiaridade com o objeto referido quanto e, principalmente, pelos sentidos atribuídos na comparação.

Escrever, segundo Fidelis, é como se estivéssemos em uma viagem de barco, onde nós, os pesquisadores indígenas, somos os viajantes. Nesse caminho encontramos pedras e, às vezes, na época de chuva há muita correnteza. São muitas as dificuldades que se apresentam (rio acima ou abaixo), e nesse processo nos perguntamos de onde tirar coragem para continuar. Então, nos lembramos que seguimos sendo guiados pelos ancestrais, movidos pela necessidade de ir contra a correnteza do contexto violento que nos foi imposto, de uma história contada e continuamente reproduzida por aqueles mesmos que nos violentam de todas as formas.

Uma citação de Luiz Henrique Eloy Amado (2019), doutor em Antropologia do povo Terena, nos faz refletir sobre nosso lugar dentro da academia, pois quando viemos para as universidades, não viemos apenas para a obtenção de um título e sim pela busca do conhecimento dos não indígenas, pois entendemos que foi dentro de instituições como estas que a maioria de nossas histórias foram contadas, e hoje buscamos nesse mesmo ambiente a contribuição no intuito de ajudar nossas lideranças a defenderem nossos povos. Temos aqui uma outra dimensão do saber requerido para usufruto coletivo em nossas comunidades. Portanto, há na base desse modelo o processo de co-produção e sujeitos coletivos, ou seja, por mais que um indígena seja tomado como um indivíduo pela instituição acadêmica, o nosso ingresso nesse ambiente é regido pela forma de socialização e valorização

científica nos moldes dos compromissos étnicos e políticos dos movimentos de resistência indígenas.

Para nós, povos indígenas, a única razão de deixar a aldeia e ingressar na academia é ter a certeza que poderemos nos apropriar desses 'ditos conhecimentos científicos' e de alguma maneira usá-los em prol de nossa comunidade. A isto se alia a justificativa de ordem acadêmica. É a oportunidade do pesquisador indígena, enquanto representante de seu povo, falar em nome dele. Como é corrente entre nós a expressão 'já chega do purutuyê [branco] falar por nós! Nós temos que falar por nós agora, é para isso que enviamos nossos jovens para as universidades, para competir de igual' (AMADO, 2019, p.25).

Após anos de colonização é essa a força que surge, a luta com o papel e a caneta na mão, as narrativas agora terão sujeitos narrados e narradores das próprias histórias e isso é tão essencial, pois as instituições se tornarão mais diversas em seus processos de conhecimento. Além do mais, partimos de uma outra noção que é a da "solidariedade acadêmica, social, política e cultural" que, nas palavras do pesquisador Effendy Maldonado<sup>5</sup>, move o utópico cotidiano diante das urgências mudanças que o cenário da produção coletiva de conhecimento demanda, especialmente para promover a superação do primado individual.

Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao MEC, em uma década o crescimento de indígenas nas universidades brasileiras cresceu quase 700%. O levantamento publicado em 2020, e tratado em matéria publicada pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Santa Maria<sup>6</sup>, diz que em 2018 foram 57.706 indígenas matriculados. Esse dado representa um crescimento de 695% em relação a 2010, quando eram 7.256 indígenas no ensino superior. Esse crescimento, que é fruto de uma extensa pauta dos movimentos indígenas e da ampliação de políticas afirmativas nas instituições de ensino

---

<sup>5</sup> Palestra "Os desafios da pesquisa em contextos de crise", proferida pelo professor doutor Effendy Maldonado, no dia 7 de abril de 2021, como aula magna do semestre 2021.1 do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Roraima.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.sedufsm.org.br/?secao=noticias&id=6592#.YHoZ7MTzHok.whatsapp> Acesso em 17 abr de 2021.

superior, decorre também do aumento de práticas de escolarização em níveis fundamental e médio em comunidades indígenas. Os dados sinalizam para a ampliação da diversidade cultural dos agentes em processos de formação, pedem simultaneamente a revisão sobre a forma de produção do conhecimento, diante da possibilidade de múltiplas aprendizagens.

É importante ressaltar, que a entrada recente dos novos sujeitos nas Universidades Públicas, tais como membros de povos indígenas, quilombolas entre outros integrantes das denominadas povos e comunidades tradicionais, representa um passo relevante para a multiplicação de narrativas, discursos e retóricas acerca das diferentes realidades de vidas e experiências social (ALEIXO, 2019, p.18).

É importante lembrar a conexão entre a atividade dos comunicadores indígenas com essa presença no ensino superior. Por mais que não seja necessário ao comunicador indígena ter uma experiência acadêmica, em nosso contexto, a presença de parentes na Universidade, em diferentes níveis de participação, ajuda a unir, pelo menos, duas visões: A primeira é de que em todas as frentes de atuação a nossa presença é política. A segunda vem quando compreendemos o sentido mais profundo da academia como espaço de construção do conhecimento e, por ele, laboratório potencial de alteração da vida social. Logo, o saber é um ato político, e os saberes comunicacionais têm uma dimensão transformadora, inclusive sobre o próprio campo científico.

Reescrever a nossa história é uma forma de buscar saber e contrapor tudo que já foi escrito sobre nós, pois aqui nesse mesmo ambiente onde estamos agora já foi um lugar (e ainda é) de genocídio de muitos de nós, línguas e culturas que não se enquadram no conhecimento eurocêntrico, são descartados e se tornam inexistentes.

O antropólogo indígena, Felipe Sotto Maior da Cruz, do povo Tuxá, demonstra como é essencial, nós estudantes indígenas, refletirmos sobre esse pensamento de ressignificação de nossas memórias

Quando indígenas entram nas Universidades, esta pode se tornar um local crucial para que a história indígena venha a ser conhecida. Quem sabe assim poderemos ter estas histórias ouvidas? É algo que acredito que possa ser feito, sobretudo, porque parece haver real interesse entre acadêmicos de diferentes áreas em conhecer o que se passou por parte da perspectiva que ficou silenciada e foi

estrategicamente subsumida nas histórias oficiais da conquista e da constituição brasileira durante séculos (CRUZ, 2017, p.26).

Nesse processo devemos sempre refletir sobre qual caminho seguir enquanto estamos remando no rio da ciência, pois temos que ter cuidado em não reproduzir os mesmos métodos que nos violentam.

## **1.2 Modelos de conhecimentos e a transição para um novo saber**

O sociólogo Boaventura de Souza Santos reflete o que ele chama de “teoria moderna” para fazer uma crítica que está na base do conhecimento eurocêntrico colonial. A ideia é exatamente discutir os modelos que são criados e convencionados nas ciências e que assumem rigidez e caráter dogmático.

Como estamos propondo uma aproximação e diálogo entre os saberes, é interessante destacar como Souza Santos (2009) aborda na obra “A crítica da razão indolente”, a transição e a mudança de novos quadros teóricos e metodológicos. A primeira observação feita pelo autor é a de que os paradigmas não são imortais.

Nesse exercício em que Souza Santos (2009) une ciência e modernidade, o autor rever as promessas da própria modernidade como forma de identificar a necessidade de transição dos modelos científicos. Na lista das promessas é possível ver claramente o fracasso: a igualdade (enquanto cresce o fosso que separa os países ricos dos países pobres, lembrando que o problema não está na produção mas na distribuição das riquezas); a liberdade (diante de um amplo raio de violação dos direitos humanos, inclusive, em países formalmente vivendo em situação de paz e democracia) e a dominação da natureza (sob a forma de destruição da natureza e da crise ecológica). Ou seja, temos uma correspondência de problemas que nos leva a pensar sobre a “natureza e a qualidade moral da nossa sociedade” (SOUZA SANTOS, 1995, p. 24) E que impõem a busca de alternativas teóricas e metodológicas.

Quando começamos a escrita da presente dissertação não imaginava o quanto seria difícil entender os processos metodológicos tradicionalmente

sugeridos pelas ciências, mas quanto mais desenvolvemos as leituras de diferentes pesquisas acadêmicas realizadas por outros indígenas, mais passamos a compreender que há uma urgência em problematizar a indigenização da epistemologia em diversos campos.

Se perguntassem para mim se eu gosto de escrever, diria que aprecio muito mais a fala do que a escrita. Sabemos que não se trata de anular um processo de comunicação diante do outro. Mas aquilo que a princípio pode ser entendido apenas como um gosto pessoal tem um rastro histórico que merece ser investigado. A oralidade e o letramento para as comunidades indígenas e para a comunidade acadêmica implicam diferentes níveis de valorização ao longo do tempo e circunstâncias.

De acordo com o filósofo Michel de Certeau (2009), as conversas ordinárias são artes e práticas culturais transformadoras que ocorrem por meio da fala e que essa troca estabelecida na vida cotidiana é refinada de sentidos. Ele explica essa percepção por três sínteses reflexivas:

1) as maneiras de falar usuais não têm *equivalências* nos discursos filosóficos e não são traduzíveis para elas porque nelas existem mais coisas do que nesses discursos; 2) elas constituem uma *reserva* de 'distinções' e de 'conexões' acumuladas pela experiência histórica e armazenadas no falar de todos os dias; 3) enquanto *práticas* linguísticas, elas manifestam *complexidades* lógicas das quais nem há suspeita nas formulações eruditas (CERTEAU, 2009, p. 69).

Seguindo a metáfora da viagem de barco, o nosso sonho coletivo é o que nos guia por caminhos tão distintos, por isso continuamos a remar e remar, e nesse esforço questionamos o modo, a forma, o método a fim de evitar que nos percamos de nós mesmos.

Bonin (2018) ressalta que no campo científico é preciso pensar além da produção de conhecimentos, no campo de observação deve-se conversar com todos os tipos de saber. A autora reflete ainda a relação dos sujeitos envolvidos pelo campo pesquisado, de maneira a alertar sobre os riscos de se estabelecer uma hierarquia onde o saber se afirma apenas de um lado, o do pesquisador, "negando-lhes a possibilidade de que os sentidos culturais dos sujeitos da

pesquisa sejam portadores de conhecimentos relevantes e que podem contribuir com o senso científico” (BONIN, 2018, p.18).

Essa forma de perceber o campo de pesquisa como um palco das relações entre o pesquisador e seu objeto pede de nós uma percepção crítica inter e transdisciplinar. Do ponto de vista metodológico, é muito interessante a linha de investigação do educador Paulo Freire (1987, p.71) que parte de uma pesquisa crítica feita pelos sujeitos, ou seja, nesse campo todos são sujeitos, o investigador e os investigados. Os paradigmas ensinados por Freire têm uma base emancipatória que dialoga com as formas de se construir um procedimento de pesquisa mais humanizado em todas as suas instâncias.

Importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não ‘bancária’, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (Freire, 1987, p.76).

Nesses termos, as metodologias científicas quando relacionadas aos saberes amazônicos necessitam ser desterritorializadas, tanto para lembrar as diversidades culturais que constituem esse espaço, quanto para denunciar o grau de violência simbólica das normalizações que padronizam as formas de saber e desacreditam outros por não se ajustarem aos formatos coloniais de cientificidade.

Assim como os ensinamentos de Paulo Freire que abriram perspectivas para se repensar o modelo mais inclusivo e participativo da educação brasileira, temos a oportunidade de aprofundar o olhar crítico sobre os processos de produção do conhecimento, na fronteira entre os saberes acadêmicos e os saberes das comunidades tradicionais, a partir da pesquisadora indígena maori, Linda Smith Tuhiwai, em sua obra “Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”. A autora defende a importância de compreender os instrumentos acionados pelas ciências ocidentais ao mesmo tempo em que ela reflete as perspectivas das populações indígenas como alternativas a esse modelo. Em outras palavras, a pesquisa é tomada como um espaço de resistência e uma oportunidade de elaboração de outras narrativas ocultadas pela colonização (TUHIWAI, 2017)

Nós povos indígenas queremos contar nossa própria história, escrever as nossas próprias versões, à nossa maneira, para os nossos próprios fins. Não se trata simplesmente de compor um relato oral ou uma genealogia do processo de nomear nossos territórios e os eventos que desataram a violência sobre estes, mas de dar vazão a uma poderosa necessidade de dar testemunho e de restaurar o espírito, para assim ressuscitar um mundo fragmentado e moribundo (TUHIWAI, 2017, p. 42).

Nesse aspecto, por exemplo, as palavras difíceis e rebuscadas que se reproduzem no meio acadêmico fazem parecer que nossos saberes cotidianos se tornam inúteis. Quando de fato, são processos de conhecimento diferenciados, porém a hierarquia que se estabelece entre os saberes, pela classificação do que é compreendido como importante e do que ignorado, é uma forma de poder e de manutenção das estruturas de domínio entre as classes sociais. As populações indígenas já faziam investigação antes da institucionalização do saber, quando olhávamos o outro povo, por exemplo, as trocas de saberes já aconteciam, da mesma forma que as reflexões sobre as mudanças das paisagens e o interesse curioso em decifrar os acontecimentos podem ilustrar a dianteira de muitos desses processos, mesmo que se não se adote uma codificação rebuscada.

No último ano do ensino médio, na aula de geografia, percorremos o espaço de toda nossa comunidade. Essa prática tornou mais fácil entender o conceito de território. Na mesma linha, apresentamos um trabalho sobre as mudanças climáticas dentro de um lago seco. A construção do processo de aprendizagem em conexão direta com o cotidiano concreto não dispensa as teorias fundamentais e necessárias para o avanço intelectual e as proposições de mudanças, mas chama a atenção sobre as formas que para nós são também eficazes de articular o saber com a experiência de vida.

Assim, com base ainda nas propostas de desterritorializações metodológicas, e em vinculação com as pesquisas sobre transmetodologias, Bonin (2018) chama a atenção sobre os saberes tradicionais milenares e de sentidos comuns esclarecidos com os quais a ciência deve dialogar, para que “se construa uma razão mais ampla e multifacetada, menos arrogante e mais sensível e empenhada em construir um conhecimento aprofundado e comprometido com a vida em múltiplas dimensões” (BONIN, 2018, p. 16).

Com essa visão crítica, sentimos a necessidade de procurar saber como estavam ocorrendo as discussões metodológicas em programas de pós-graduação em outras áreas e universidades, na perspectiva de alguns alunos indígenas. Por meio de um breve formulário eletrônico, enviado a 10 (dez) indígenas do nosso círculo de conhecimento, obtivemos 7 (sete) retornos. As questões, semiestruturadas, indagavam: nome da instituição, etnia, endereço de e-mail, estado/comunidade, andamento da pesquisa, se havia incentivo por parte da universidade que valorizasse os saberes tradicionais e, por fim, sobre os desafios de ser pesquisador indígena no campo acadêmico.

Sobre o perfil dos acadêmicos, 5 (cinco) são homens e 2 (duas) são mulheres, dos povos Wapichana, Kariri, Truká, Potiguara e Xukuru, de três regiões do Brasil, Norte, Nordeste e Sudeste. Das áreas de conhecimento, todos cursam mestrado e estão vinculados à Antropologia, Comunicação, Geografia, Enfermagem, Hotelaria e Sustentabilidade.

O que pudemos observar é que as universidades ainda não possuem uma metodologia para atender os estudantes indígenas dentro de um programa de pós-graduação. Apenas 1 (uma) pessoa respondeu que teve o estímulo dentro da academia tanto do programa e também dos docentes, 2 (dois) estudantes responderam que têm incentivo dos orientadores, e 4 (quatro) disseram que há somente a força de vontade de se tornar um pesquisador para lutar na defesa de seus povos.

Sobre os desafios da pesquisa indígena dentro das universidades, achamos importante apresentá-los no padrão do próprio formulário, como uma maneira mais direta possível de acolher as suas/nossas inquietações:

1. Racismo, dificuldades financeiras, ficar longe da família e da comunidade, adaptação, leituras acadêmicas em línguas estrangeiras.
2. A quebra da metodologia acadêmica permitindo o conhecimento na prática dos povos indígenas. A exemplo da oralidade dos povos indígenas.
3. Em primeiro lugar, há um desafio quantitativo. Acredito que é preciso fortalecer a presença indígena na universidade em todos os níveis e espaços, pois a cada um deles percebo que existe um afunilamento, por

exemplo: na graduação há uma presença maior de indígenas, na pós-graduação esse quantitativo se reduz bastante e pior ainda se formos pensar no cenário de docentes universitários indígenas. Além disso, penso que é necessário que nós estudantes criemos grupos a partir das áreas que atuamos, como parentes antropólogos fizeram a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). Esses grupos são muito importantes para que possamos pensar em como lidar com as ciências (que são de base europeia e elitista) para que consigamos produzir e reproduzir os conhecimentos dos povos originários de acordo com as cosmovisões e os interesses dos nossos povos. Por fim, mas não menos importante, é latente a necessidade de criação de universidades indígenas como já existe em outros países.

4. Os desmontes das políticas públicas de incentivo à pesquisa.

5. Primeiro que nosso povo já foi tanto alvo de outras pesquisas que sequer tiveram um retorno. Que hoje para sermos pesquisador dentro de nosso próprio POVO, um dos maiores desafios é conquistar a confiança que lhes foi tirada. Explicar que agora seremos contadores de nossa própria história. Outros desafios são metodológicos, falta de trabalhos nas mais diversas áreas para serem usadas como referências. O indígena reconhece que também pode ser pesquisador e contar a sua história também é um desafio e aprendizado contínuo.

6. A dificuldade das universidades dialogarem com os saberes indígenas.

7. As normas impostas para nossa forma de conhecimento

Ao analisar os posicionamentos, percebemos a predominância da cultura ocidental dentro de um campo que deveria ser intercultural, que ainda há grandes barreiras para se enfrentar nesse processo, a começar pela luta contra o racismo. Mas, a partir da confiança dos nossos líderes, só pelo fato de estarmos aqui já é uma conquista. Esse “pré-teste”, como é chamado nas metodologias científicas, será tomado como impulso para conectar duas situações simultâneas no interior dessa pesquisa: compreender os sentidos da

comunicação indígena de forma interligada com outras lutas, nesse caso, um exercício que começa dentro da universidade, em diálogo, desconstrução e reconstrução sobre as formas de se elaborar esse saber que chamamos de dissertação.

### **1.3 Uma proposta transmetodológica indígena**

Nessa sessão, vamos explicitar como pensamos realizar a pesquisa sobre os comunicadores indígenas, diante da necessidade de responder como é a atuação desses comunicadores em Roraima, por meio da rede social Facebook, e como essa atuação pode contribuir para o fortalecimento das causas indígenas.

Para isso, em conformidade com as vivências comunitárias que embasam os diferentes processos indígenas, inclusive aqueles que são incentivados pelas lideranças sobre as nossas escolhas acadêmicas e profissionais, não nos parece coerente que os procedimentos metodológicos desconsiderem essa configuração de saber. Pelo contrário, todo esforço que passaremos a detalhar sobre a forma de elaborar a presente pesquisa busca encontrar relação com a ideia de promover uma experiência de diálogo com os saberes indígenas, pela característica criativa e crítica da combinação de métodos.

Podemos situar nossas intenções com a noção de transmetodologia, sendo uma orientação que parece acolher o desejo de desconstrução ou de enfrentamento da epistemologia colonial. A aplicação desse campo, sobre o qual já vínhamos dando sinais desde os tópicos anteriores, é especialmente estudado por um grupo de pesquisadores que têm à frente o professor Effendy Maldonado (2002). Essa conjugação de saberes também visa reduzir as distâncias entre os pressupostos teóricos e metodológicos, entre a ciência e a vida, entre cultura, afetos, lutas e escolhas. De modo especial, entendemos que essas conexões melhor se ajustam à cosmovisão indígena.

Sobre essa perspectiva metodológica multidimensional adotada por Maldonado (2008), a pesquisadora Aguiar (2011) destaca que ela é “um

importante renovador epistêmico, pois une pensamento e experiência de forma a conjugar diferentes saberes, vivências, tecnologias e estratégias metodológicas” (AGUIAR, 2011, p. 2).

Portanto, a primeira questão que nos ocorreu foi: como dar à presente pesquisa um modelo de realização que não seja tão estranho aos formatos de elaboração e transmissão dos saberes indígenas? Os povos indígenas ao longo dos séculos têm procurado manter suas características tradicionais, sem negar que os contatos com os não indígenas promovem outras dinâmicas culturais, e que assim como em qualquer processo social precisa ser continuamente refletido em suas apropriações. Algumas das formas de comunicação mais marcantes de nossa história tem sido a oralidade e o formato circular para compartilhar as nossas experiências e visões, as rodas de conversa para contar e ouvir histórias, as reuniões, as assembleias, são alguns exemplos, tendo sempre a liderança dos mais velhos, os mais sábios por muito já terem vivido.

Dessa forma, a nossa pesquisa é, o tanto quanto possível, elaborada sob inspiração das formas “circulares”, dos encontros e assembleias. A princípio havia o desejo de ir às comunidades indígenas e conversar com os grupos de jovens comunicadores, no total a Rede Wakywai é formada por 30 comunicadores indígenas. Mas, seguindo os passos de submissão do projeto junto ao Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal de Roraima e a necessidade verificada de avaliação da Comissão Nacional de Ética Pública (Conep), o parecer de aprovação do projeto foi condicionado à realização de entrevistas e conversas de forma remota, por conta do cenário sanitário da covid-19. Por igual razão, e com as barreiras impostas pelas comunidades indígenas para contenção da doença, também não foi possível buscar as autorizações das comunidades para o ingresso e atividades nas etnoregiões em que atuam os comunicadores indígenas. Dessa forma, com a autorização da Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), passamos a concentrar nosso contato com os comunicadores indígenas que atuam na capital, Boa Vista, e que mantêm ações vinculadas ao Conselho Indígena de Roraima.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa realizamos duas rodas virtuais de conversas e uma presencial com um grupo de comunicadores indígenas, Mayra Pereira (Wapichana), Márcia Fernandes (Wapichana) e Nailson Almeida (Wapichana). As duas primeiras são formadas em jornalismo e o Nailson Almeida também se encontra em processo de formação na mesma área. Porém, é importante notar que não é preciso ter formação na área para ser um comunicador indígena. O que nos denomina em comum é a atuação nesse campo de saber com as visões coletivas construídas em bases de resistência política e valorização cultural dos povos indígenas. O outro encontro sobre a temática da pesquisa se deu de modo presencial no decorrer da pesquisa, considerando a oportunidade de estarmos atuando em conjunto em outras frentes de divulgação, em decorrência do melhoramento da questão sanitária, durante a 50ª Assembleia dos Povos Indígenas, no lago Caracará.

E qual o papel desses círculos conversatórios na nossa pesquisa? Por que essa indicação metodológica se apresenta em primeiro plano? A escuta e troca de ideias sobre a comunicação indígena com esses sujeitos do processo auxilia na ideia e na atitude de fortalecer a riqueza da expressão oral no interior da escrita acadêmica. Também se ampara na necessidade de ter por perto, por meio das suas expressões, memórias e destaques, um pouco das suas comunidades de origem, dos nossos ancestrais, mantendo uma construção viva.

Essa composição, intenta assegurar uma forma mais colaborativa, aproximativa e dialógica com parâmetros não exclusivos da ciência ocidental. Com isso, a pesquisa favorece uma contribuição acadêmica de reforço à diversidade, por meio da co-produção indígena, especialmente utilizada no momento da análise do conteúdo publicado no Facebook pelos comunicadores indígenas da Serra da Lua e do Conselho Indígena de Roraima. A escolha acontece pelo reconhecimento prévio da atuação desses comunicadores e o esforço em diversificar as localidades de fala.

Ainda durante o processo de aprovação da pesquisa junto aos setores responsáveis pela análise ética, foi solicitada uma lista de questões que devem roteirizar o contato entre a pesquisadora e os comunicadores indígenas. Essas

questões tomam uma fisionomia mais próxima da entrevista semi-estrutura do que do círculo conversatório almejado. Todavia, as questões são contempladas mesmo que em formato mais flexível e livre, considerando que há da parte da pesquisadora uma situação de imersão na mesma realidade indígena e de comunicação.

De modo geral, também usamos alguns métodos e procedimentos consolidados no campo acadêmico, a exemplo da indispensável consulta e orientação a partir do levantamento bibliográfico, como já vem sendo utilizado. Nesse ponto, em atenção ao que nos estimula, daremos ênfase a publicações de outros indígenas, exatamente como forma de assegurar o diálogo teórico entre os saberes. Mas não só por isso, lembramos que a presença bibliográfica indígena me deu confiança, me fez estar mais tranquila para começar a escrever. A necessidade de ter mais de nós na academia é de suma importância, pois a partir dessas vivências tanto nas lutas, mas também nos textos e livros nos fazem sentir que de fato esse espaço é também nosso.

### **1.3.1 O espaço e o tempo da pesquisa**

Trazemos aqui uma noção breve sobre a base que sustenta a nossa pesquisa: a rede de comunicadores indígenas Wakywai. Essa abordagem será mais detalhada a partir da temática 2 quando o seu processo histórico será apresentado de forma mais aprofundada.

A Rede Wakywai é vinculada ao Conselho Indígena de Roraima (Cir) e se constitui como uma política estratégica de comunicação com experiências que se estendem por vários países da América Latina. A Rede em Roraima foi criada em fins de 2019 e vem realizando seminários e oficinas para discutir sua atuação.

A atuação da rede é recente e se pauta, principalmente, pelo repasse de informações através de vídeos, áudios e fotografias sobre o que está acontecendo nas comunidades para o Conselho Indígena de Roraima, além de alguns membros da rede gerir páginas no Facebook com a produção de conteúdo sobre a sua comunidade e região.

É, portanto, a partir da existência da rede de comunicadores indígenas, ao entrelaçar e fortalecer as nossas experiências no campo da comunicação, que passamos a emoldurar o espaço e o tempo de realização da presente pesquisa.

O contexto da pandemia do novo coronavírus e a natureza da pesquisa que privilegia uma das faces da comunicação em rede situam a presente proposta empírica no ciberespaço. Por mais que haja e seja considerado o espaço físico de vivências dos comunicadores indígenas, que incluem a vida doméstica, comunitária e do movimento que converge para o Conselho Indígena de Roraima, o corpus espacial do trabalho se caracteriza predominantemente na virtualidade e nas possibilidades de uso das tecnologias para a produção, expressão, circulação e recepção das mensagens, notícias e conteúdos de interesse das causas indígenas. Dessa forma, a pesquisa terá o “lugar” central de observação na rede social Facebook, com foco sobre as publicações dos comunicadores indígenas que integram a Rede Wakywai.

A ideia de definir o tempo da pesquisa nos fez lembrar novamente das distâncias entre os saberes. Na minha comunidade, segundo os mais velhos, o tempo é contado por um outro processo, uma espécie de calendário indígena. As programações e os acontecimentos seguiram e, em alguns casos permanecem obedecendo, outras lógicas. Assim as marcações do tempo indicam o dia da lua cheia, de plantar a mandioca, o milho, de caçar os animais, de pescar, de ir em busca de sementes na mata e assim por diante. A memória afetiva nos diz que fizemos muito esse tipo de desenho cronológico na escola, e o quanto sentimos falta desse outros referenciais, porque em torno deles temos a família e o acolhimento de quem pertence à comunidade.

Lembro de meu pai, em dias chuvosos, contando que o lago estava sangrando. Nesse caso também temos uma palavra então para mim estranha, pensava que saía sangue do lago, mas no processo de aprendizagem na comunidade entendi que sangria vem de sangradouro, um canal para escoar a água do igarapé que enchia e transbordava, a ponto dos peixes descerem para outros igarapés. Ao unir o recorte temporal da pesquisa acadêmica com essas

lembranças temos a sensação de reduzir as distâncias inserindo um pouco da nossa comunidade, dos nossos ancestrais e da nossa história viva a serviço de outras narrativas científicas de forma orgânica.

Assim, considerando que a rede foi estruturada em fins de 2019, o tempo da pesquisa sobre as produções dos comunicadores indígenas será de 2020 a 2021, com análise de três meses em cada ano, o que no total soma seis meses de acompanhamento de conteúdo. Perseguimos assim o que se pode denominar de “territorialidade digital” dos povos indígenas da Amazônia que, a exemplo de algumas experiências já existentes na América Latina, adotam o ciberespaço como estratégia de comunicação em reforço à resistência e a afirmação de suas identidades culturais.

## **TEMÁTICA 2 - O MOVIMENTO INDÍGENA E A REDE WAKYWAI DE COMUNICAÇÃO EM RORAIMA: OUTRAS TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS**

A proposta desta temática é articular um conjunto de ideias e pensamentos que possam ajudar a situar a experiência da comunicação indígena, por meio da Rede Wakywai, no interior dos movimentos de organização indígenas e também em diálogo com os aportes teóricos comunicacionais alternativos. Da mesma forma, a articulação coloca as pesquisas acadêmicas em debate a partir da vivência comunicacional que temos, para refletir criticamente sobre os usos e sentidos desses estudos, o que em si sinaliza com a perspectiva anti colonial. Entendemos que os arranjos teóricos e as experiências empíricas são processos dinâmicos e culturais, especialmente no eixo da comunicação, e que refletir sobre isso abre sempre novas visões e práticas.

### **2.1 Movimento indígena no Brasil: “organizar para sobreviver”**

Falar sobre o movimento indígena no Brasil pede de nós primeiro uma referência à coragem dos nossos ancestrais em todos os tempos da história de luta por sobrevivência ameaçada pelos processos colonizadores. Mas como essa tarefa é muito ampla para o contexto de nossa pesquisa, a inspiração dos nossos ancestrais é uma tocha histórica que não será possível aprofundar nesse momento. Basta dizer que essa inspiração teve um lugar especial na criação e no fortalecimento do movimento indígena, por meio da emergência de uma consciência pan-indígena. Ou seja, com a mística da ancestralidade alimentamos essa consciência e, em torno dela, a necessidade de organizar coletivamente os povos indígenas para enfrentar as dificuldades historicamente construídas. É nessa perspectiva que Daniel Munduruku (2012) faz um apanhado do movimento social no Brasil a partir da década de 1970.

O contexto de institucionalização de nossa organização é o regime militar, período de severo atentado às liberdades e a expressão da nossa diversidade. O movimento indígena se levanta pela “força de grupos de jovens

indígenas que vai representar uma geração de lideranças”, com o apoio de parcerias nos setores sociais, como universidades, sindicatos, artistas e entidades de classes. (MUNDURUKU, 2012, p. 11). Mesmo destacando a função expropriadora do saber ancestral desempenhada pelos missionários desde a colonização e suas contradições, o autor na sequência destaca o papel determinante da Igreja Católica nesse momento histórico de emergência da organização indígena. “Foi ela quem iniciou o movimento de reuniões das lideranças indígenas para que discutissem seus problemas comuns. A estas reuniões deu-se o nome de assembleias” (MUNDURUKU, 2012, p. 17).

O contexto emblemático dessa construção de narrativas da consolidação do movimento indígena como uma estrutura de pensamentos e atos para a defesa dos territórios indígena passa nessa linha conjunta das mudanças de entendimentos da igreja católica, pois como ressalta a antropóloga Maria Helena Matos (1997), do “período colonial até a proclamação da república” o processo de fazer com que os povos indígenas se “integrassem” na sociedade era uma atividade da igreja (MATOS, 1997, p. 11-12).

Importante lembrar que já existia uma “política para os índios” originada pelos órgãos oficiais. Mas a consciência pan-indígena na raiz do movimento vai exatamente denunciar essa política, visando “assumir o papel de protagonista na proposição de novo modelo de política indigenista” (MUNDURUKU, 2012, p. 11).

Um dos marcos que resultaram dessa luta foi a elaboração da Constituição Federal de 1988 e todo um processo de discussão que a antecedeu, logicamente por ser a Carta Magna um documento que rege os deveres e os direitos dos cidadãos. E no campo dos direitos indígenas muito havia e há a reparar. A atual Constituição tem um capítulo específico que trata dos direitos indígenas e nove dispositivos ao longo do texto constitucional. Munduruku (2012) chama a Constituição de 1988 de novo paradigma e assim explica:

A nova Constituição Federal do Brasil, prezados parentes, inaugurou uma nova concepção de política indigenista. E para que isso

acontecesse, foi decisiva a participação das organizações sociais indígenas ou não, o que pôs fim a uma abordagem eurocêntrica da temática dos povos indígenas, por sua vez caracterizada pela concepção de que se tratava de culturas inferiores, que desapareceriam em contato com a suposta superioridade da sociedade civil de matriz europeia (MUNDURUKU, 2012, p. 36).

De modo mais geral a constituição brasileira reconhece a diversidade cultural, a proteção jurídica especial aos povos indígenas, a organização, costumes, línguas, crenças e tradições como direitos subjetivos, o direito originário às terras tradicionais, a demarcação das terras como direito preexistente e incentiva o protagonismo dos povos indígenas na defesa de seus direitos e interesses (MUNDURUKU, 2012, p. 37).

Na história da organização dos povos indígenas, o Plano de Integração Nacional (PIN) iniciado pelo governo militar na década de 1970 como parte do projeto denominado de “milagre brasileiro” defendia a utilização da mão de obra indígena como forma de provocar sua integração à sociedade não indígena, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Diante desse quadro os indígenas se mostraram resistentes e a sociedade civil organizada passou a reagir. Uma dessas reações veio por meio da criação, em 1974, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), desde então em oposição às iniciativas de extermínio dos povos indígenas pelo Estado brasileiro.

Essas noções trazidas pelo parente Daniel Munduruku ajudam a situar a dinâmica histórica do movimento indígena, seus desafios e suas conquistas, especialmente num momento de grave ameaça aos nossos direitos como o que estamos vivendo na atualidade. De forma resumida, o autor apresenta uma ideia que muito dialoga com a nossa pesquisa. Para ele, a maior contribuição do movimento indígena é no campo educacional, e isso num sentido bem amplo. É como se nós fizéssemos a pergunta: o que a organização dos povos indígenas nos ensina? O caráter educativo do movimento indígena brasileiro tem por foco

não apenas o que se vê ‘de fora’, ou seja, ele é um instrumento legítimo na defesa dos direitos indígenas, estruturado em processo de

autoformação e servindo também, em outra vertente desse mesmo caráter educativo, para mudar o olhar da sociedade brasileira, e mesmo do Estado, sobre os povos indígenas (MUNDURUKU, 2012, p. 12).

A relação da comunicação com a educação tem até uma nomenclatura própria como campo de estudos e pesquisa, a educomunicação, e se configura como um caminho crítico, de problematização midiática. Conforme Pinheiro (2015), a educomunicação permite “a compreensão do processo de inter-relação social e seus desdobramentos na sociedade contemporânea, ensinando as pessoas a ler o mundo de maneira cidadã” (PINHEIRO, 2015, p. 182).

Logo, essa perspectiva educativa que muito se relaciona com as possibilidades de circulação de ideias pelos recursos midiáticos, em alguns momentos também é uma porta de acesso para refletir sobre a experiência comunicativa politicamente comprometida com as transformações na forma de olhar os povos indígenas. Nos termos que passaremos a desenvolver no último momento desta temática 2, a comunicação alternativa, de forma ampla, permitirá uma conexão e uma revisão que envolva os sentidos educativos da organização indígena com a necessária e responsável atuação no âmbito dos processos comunicacionais.

## **2.2 O Conselho Indígena de Roraima e o feixe de varas**

O pesquisador João Pacheco de Oliveira (2006, p.187) traz em seu livro, em meio a uma longa pesquisa sobre a história dos povos indígenas no Brasil, a menção ao termo “movimento indígena”, significando as diferentes formas de organização que são oriundas das próprias lideranças indígenas, com objetivo de terem seus direitos reconhecidos pelo Estado, partindo do pressuposto de construção de estratégia e mecanismo de representação política, com maior concentração em 1970.

As décadas de 70 e 80 foram os momentos de maior visibilidade dessa modalidade de ação política, que se

constituía à margem da política indigenista oficial, opondo estado e sociedade civil, delineando novas modalidades de cidadania indígena (OLIVEIRA, 2006, p.187).

Os massacres, o genocídio decorrente da expulsão de milhares de povos indígenas de seus territórios e a perda de inúmeras línguas indígenas ao longo de milhares de anos ocasionaram a necessidade de criar uma estrutura de organização política das comunidades indígenas.

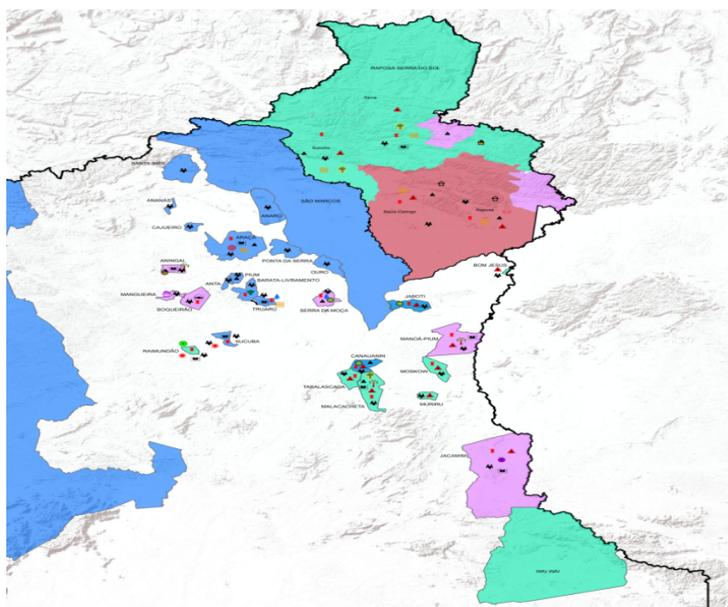
O historiador Jaci Guilherme Vieira (2003), pesquisador do movimento indígena em Roraima, ressaltou em sua tese que as primeiras assembleias dos povos indígenas na década de 1970, tanto em nível nacional, regional ou local, foram um marco que consolidou a estrutura de organização indígena no país, no entanto, não se pode dizer que esse espaço de construção política dos povos indígenas começou apenas a partir desse modelo de reunião, pois essas práticas não eram estranhas às comunidades indígenas. E reforça: “O movimento da organização dos povos indígenas no Brasil foi fruto não apenas da mobilização católica, mas também de um conjunto de forças da sociedade civil” (VIEIRA, 2003, p. 177).

Em nível regional, a maior expressão do movimento indígena é o Conselho Indígena de Roraima (Cir) cuja história remete à década de 1970, com a realização do “I Conselho Regional, surgido na aldeia Maturuca, região das Serras (hoje Terra Indígena Raposa Serra do Sol), no ano de 1977” (PEREIRA, 2016, p. 42).

De acordo com Vieira (2003, p.190), os conselhos regionais ampliaram seus debates, e em 1987 após uma decisão das lideranças na IX Assembleia dos tuxauas, os líderes enxergaram que era necessário a criação de uma organização em nível estadual, sendo assim, foi criado em 1987 o Conselho Indígena do Território de Roraima – CINTERR. Nesta data, já existiam sete conselhos: Raposa, Surumu, Taiano, Serras, Serra da Lua, Amajari e São Marcos. Atualmente, esses conselhos ainda existem, mas são chamados de regiões e foram ampliados de sete para dez, com o ingresso das regiões Murupu, Alto Cauamé e Wai Wai.

Em 1990, com a mudança da condição de território para estado de Roraima, o nome da organização foi alterado passando a ser registrado como Conselho Indígena de Roraima<sup>7</sup>. A mudança também veio acompanhada da intensificação da principal linha de atuação do Conselho, a defesa dos territórios indígenas e posteriormente a luta pela educação e saúde. Sua atuação hoje abrange 255 comunidades associadas, 35 terras indígenas de Roraima, com uma extensão de mais de 10 milhões de hectares, com aproximadamente mais de 58.000 indígenas em 465 comunidades em todo o estado de Roraima, dos povos; Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Saporá, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana e Pirititi<sup>8</sup>.

**Figura 6** - Mapa de abrangência do Conselho Indígena de Roraima



Fonte: Conselho indígena de Roraima

Sobre o agrupamento de diferentes povos, próximos e distantes do ponto de vista linguístico, dos troncos Caribe e Aruak, Repetto (2008) interpreta

<sup>7</sup> Disponível em <https://cir.org.br/site/sobre-o-cir/>->Acesso em maio de 2022

<sup>8</sup> Disponível em <https://cir.org.br/site/sobre-o-cir/>->Acesso em maio de 2022

que as organizações ao representarem essa diversidade étnica em torno dos povos Makuxi, Wapichana, Taurepang e Ingarikó, por exemplo, “manifestam objetivos comuns, mas também diferentes e, não raro divergentes, às vezes contraditórios. Isso, a meu ver, é indicativo de que em cada povo podemos encontrar diferentes estratégias de atuação política” (REPETTO, 2008, p. 111).

Podemos dizer que a luta pelo território sempre foi o ponto em comum mais destacado, a bandeira principal dessa mobilização do Cir, pois a questão territorial continua sendo demandada, como relata o pesquisador Eriki Aleixo.

A questão da terra continua sendo uma das principais demandas, isto é, há uma luta constante para que as terras indígenas sejam demarcadas. O exemplo mais emblemático supramencionado é o caso Raposa Serra do Sol, disputa essa que tomou grandes repercussões nacionais e internacionais. Esta era uma Terra Indígena que as comunidades reivindicavam uma área 1.747.464,7832 hectares, e que ela fosse demarcada em formato de áreas contínuas, e não em formato de ilhas como muitos fazendeiros e outras organizações queriam. A homologação veio ocorrer em 2005, depois de muita luta e resistência, numa grande articulação de todas as comunidades, instituições, indigenistas, intelectuais e outros (ALEIXO, 2019, p.135).<sup>9</sup>

O Conselho Indígena de Roraima é uma das mais antigas organizações indígenas do Brasil. Em 2021, o Cir completou 50 anos de existência, com uma longa trajetória de defesa dos povos indígenas. Em fevereiro de 2020, quando eu ainda estava na assessoria de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, estive na comunidade Maturuca, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, durante a Assembleia que marcou os 40 anos do projeto “Uma vaca para o índio”<sup>10</sup>. Naquele momento conheci o Padre Giorgio Dal Ben<sup>11</sup>, um nome que ouvi falar desde criança nas histórias contadas pelos líderes da minha comunidade como um dos articuladores indigenistas mais atacados por estar junto da luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol desde a década de 1970.

---

<sup>9</sup> Um dos indicadores desse processo de luta pelo território é a necessidade permanente de atualizar a situação dos direitos indígenas continuamente contestados. Após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2005, gerou-se um novo conflito de interesses e a homologação em área contínua foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009.

<sup>10</sup> EXPLICAR O QUE É O PROJETO

<sup>11</sup> Padre Giorgio Dal Ben foi um dos nomes muito citados na repercussão da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, o padre é italiano e morou por muitos anos na década de 1970 na comunidade indígena Maturuca, “Padre Jorge” como era conhecido saiu de Roraima em 2010 por conta de ter sua vida ameaçada e voltou em 2020.

Trago esse recorte para essa compreensão de que minha formação enquanto estudante, e hoje pesquisadora, passa por essa linha do tempo. Ou seja, antes dos livros históricos sobre nossa forma de organização social, nós jovens já tínhamos nossas narrativas, que foram repassadas nas inúmeras horas em assembleias e reuniões pelas nossas lideranças que reconhecem sim a igreja católica que começou a partir do cenário caótico que foi a ditadura militar em 1964, a assumir um posicionamento mais severo contra o governo, assumindo um nova leitura política, que ficou conhecida como “teologia da libertação”. Conforme Matos (1997, p. 31), esse segmento reflete a necessidade de reestruturação da igreja, identificando “os sofrimentos dos socialmente marginalizados com os sofrimentos do Deus encarnado, abrindo um canal para a igreja atuar politicamente em nome de Deus”.

Nossas lideranças sabem que esse processo ajudou na construção de um movimento indígena forte em questão de conhecimento da legislação, assessorias jurídicas, formas de maior autonomia, comunicação e outras metodologias que a sociedade não indígena utilizava para defender seus direitos. Um reforço importante de organização coletiva, mas que já se constituía como um tipo de saber ancestral das nossas lideranças indígenas, então canalizado para os desafios mais contemporâneos.

Uma outra ação que tem se destacado na história do Cir é a formação permanente de lideranças e de profissionais indígenas nas mais diferentes áreas. Esse processo vai ao encontro do protagonismo e da autonomia dos povos indígenas, muitas vezes considerados inferiores, basta olharmos para a literatura histórica o tanto que fomos colocados sob dúvidas, desde a questão do colonizador que questionava se tínhamos alma até a insistência mais atualizada se somos competentes e temos conhecimento. Não é o caso de comprovar nossos saberes, e sim o de criar um campo de habilidades para saber se relacionar sem a submissão a que querem continuamente nos “amansar”.

É pela via do Cir que hoje temos a primeira advogada indígena no Brasil e a primeira deputada federal eleita, Joenia Wapichana. Outras referências importantes são a de Mário Nicácio que foi o mais jovem a assumir a

coordenação do Cir, e logo depois foi também vice-coordenador da Coiab, sendo atualmente vice-prefeito do Município de Bonfim (que faz fronteira com o município de Lethem na Guiana), além de Sineia do Vale, uma das mais conhecidas líderes quando se trata de mudanças climáticas, ela é atualmente coordenadora do Departamento de gestão territorial no Cir. E dentre esses, destaco uma das primeiras jornalistas indígenas no país, que atuou no Cir por mais de 10 anos, Mayra Wapichana, e hoje é assessora da deputada Joenia Wapichana.

Desta forma, neste berço de lideranças indígenas, surge em 2020 uma outra necessidade, que em meio a pandemia se tornou crucial, a comunicação indígena. É assim, como um feixe de varas. Uma vara sozinha é facilmente quebrada, mas um feixe concentra uma união de forças que não se pode arrebentar.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que a comunicação indígena surge de uma necessidade de existir, onde demarcar as telas com nossa presença é uma estratégia de resistência, da organização política. Não se trata, então, unicamente de uma visibilidade nos meios de comunicação e na mídia, é necessário junto com essa visibilidade expressar a nossa forma, porque nós indígenas temos o nosso próprio meio de comunicar, o qual chamamos de jeito tradicional. Não estamos falando de recusar os recursos tecnológicos, mas de usar as técnicas contemporâneas disponíveis para difundir a nossa diversidade étnica e para destacar a necessidade estratégica de cidadania e de emancipação.

Lembramos, para reforçar esse raciocínio, que desde muitos anos atrás as nossas lideranças fazem comunicação. Nos comunicamos com as nossas ancestralidades, com os nossos pajés. Ou seja, dominamos a técnica de produzir e emitir mensagens, mesmo sem os procedimentos normativos e profissionais ensinados dentro das universidades, inclusive reconhecendo a força da comunicação para o ativismo indígena, para as diferentes frentes de resistência. Assim, a comunicação indígena vai se beneficiar também do diálogo entre os saberes que se constroem fora e dentro da academia.

Na nossa condição de jornalistas indígenas, pelo também importante processo de formação na Universidade, conhecemos as técnicas de redação para os diferentes formatos midiáticos, onde a notícia se faça presente. Nisto entendemos algumas diferenças. O jornalismo profissional, como um campo específico da comunicação, possui regras. Para os interesses indígenas, os processos de comunicação mais abrangentes são mais adequados, ou seja, nossas práticas não se apoiam exclusivamente no jornalismo, mas nos princípios fundamentais de expor nossas ideias e fazer com que o outro entenda o que está sendo comunicado.

Em outras palavras, a comunicação enquanto ciência é nossa aliada, mas a utilizamos em conexão estreita com os nossos modos de ser. Conhecer as teorias, os conceitos em diferentes obras de renomados estudiosos é importante, mas não podemos deixar de valorizar os saberes tradicionais de nossos povos e nossas vivências também na área, de maneira que na base desse diálogo existe um paradigma (expressão aprendida na academia) maior que é a coerência/resistência com a nossa cosmovisão e o respeito às diferentes culturas.

Assim, a comunicação indígena na forma pesquisada neste trabalho, pelos sujeitos e as ações da Rede Wakywai, é inicialmente alicerçada pela relação entre três bases teóricas no campo comunicacional: a comunicação comunitária e horizontal, a cibercultura e o midiativismo. A costura desses correntes de pensamento estão unidas, digamos, pela perspectiva transmetodológica.

Ouvi pela primeira vez a expressão “transmetodologia” durante o evento realizado em Boa Vista pela Rede AMLAT, rede temática de integração entre pesquisadores latino-americanos com discussões e produções acadêmicas sobre comunicação, educação e cidadania, em 2019. E essa expressão passa a ser muito importante durante minha pesquisa pelo significado que representa. Segundo o pesquisador e professor Maldonado (2015), a transmetodologia é feita de confluências, vários caminhos (assim como os rios) que em algum momento se encontram para pensar a comunicação, sendo também um método “profundo e cooperativo” (assim como os rios).

E mais que isso, esse encontro é também subversivo, revoltoso porque questiona os modos anteriores de se pensar a comunicação e os recursos tecnológicos apenas pela capacidade instrumental de manter uma sociedade injusta, em padrões de poder, beneficiando os de sempre. Para Maldonado (2015), a transmetodologia

aprende, também, dos conhecimentos socioculturais seculares que são um alicerce crucial para compreender problemáticas sociocomunicacionais profundas, como é o caso das matrizes milenares simbólicas que se atualizam, reconstituem e transformam nos ambientes técnico-eletrônicos, analógicos e principalmente digitais (MALDONADO, 2015, p. 721).

Essa forma de compreender o campo da comunicação, da tecnologia e dos métodos demonstra estar sintonizado com nossa forma de saber e de inspirar um projeto de comunicação indígena, comprometida politicamente com a transformação da realidade.

### **2.3 A Rede Wakywai de comunicação indígena em Roraima: primeiros passos**

Por necessidade de deixar um registro dessa recente caminhada, optamos em trazer alguns detalhes desse processo. A organização da Rede se deu após oficinas realizadas pelo departamento de comunicação do Cir, onde também participei diretamente, de maneira que a sistematização desses passos iniciais aqui apresentados é resultado direto da vivência e da transcrição dessa experiência.

A primeira oficina ocorreu no dia 1º de março de 2019 com o tema “Construção do Informativo do Anna Yakaré”, uma chamada inspirada no jornal impresso que é o mais antigo a circular por iniciativa do Cir e cujo título significa “Nossa Notícia”, na língua macuxi. A oficina teve a participação de 12 comunicadores de seis etno regiões (Raposa, Serra da Lua, Tabaió, Baixo Cotingo, Serras e Murupu). A segunda etapa da oficina ocorreu no dia 2 de

agosto de 2019, com a participação de 10 comunicadores indígenas da Serra da Lua, Murupu, Surumu, Tabaió, Baixo Cotingo e Amajari.

Com a necessidade de ampliar as divulgações de assuntos de interesse das regiões, e com as intensas ameaças aos direitos dos povos indígenas, a atuação do movimento indígena pela via da comunicação passou a ser cada vez mais solicitada pelo Cir e as lideranças indígenas.

**Figura 7-** Primeira oficina de comunicação indígena em 2019



Foto: Ariene Susui

O Conselho Indígena de Roraima sempre contou com uma pequena equipe para divulgar suas ações. A insuficiência na quantidade de pessoas na assessoria de comunicação e a concentração das ações a partir da sede do Cir em Boa Vista exigem a construção de outro modelo mais colaborativo. Para concretizar a existência da rede, o departamento de comunicação realizou nos dias 28 a 30 de janeiro de 2020, na comunidade Pium (região Tabaió), o I Seminário Estadual de Comunicadores Indígenas de Roraima, com o tema:

"Escrevendo as nossas próprias histórias". Com participação de mais de 30 comunicadores das regiões Serra da Lua, Raposa, Surumu, Tabaió, Baixo Cotingo, Amajari e Murupu (todos indicados por suas lideranças de base).

A partir do seminário estadual, os participantes saíram com a missão de retornar às suas regiões e de se apresentar às lideranças locais como comunicadores indígenas. Outro passo importante foi a apresentação dos comunicadores na 49ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, de 11 a 14 de março de 2020, com o tema: "Marchando a passos firmes: pela efetivação dos nossos Direitos Originários, Constitucionais, nos 112 tratados e nas Convenções Internacionais", no centro regional Lago Caracaranã, região Raposa, Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Durante a assembleia geral, que é o evento mais importante e representativo dos associados ao Cir, o grupo de comunicadores indígenas captou imagens, elaborou textos e vídeos, compartilhando esses conteúdos em plataformas digitais, redes e aplicativos de WhatsApp das etno regiões que compõem a rede Wakywai.

**Figura 8** - Comunicadores Indígenas na 49ª assembleia geral dos povos Indígenas



Foto: Rede Wakywai

Desde então, a consolidação da rede passou a acontecer em contexto de pandemia de Covid-19. Isso explica por um lado as dificuldades enfrentadas

para a realização do trabalho, ao mesmo tempo em que a necessidade da comunicação e da circulação das informações se tornaram ainda mais urgentes. Associada à insegurança trazida pelo contexto pandêmico, as comunidades indígenas passaram a lidar com a retomada de invasões de seus territórios para fins da prática ilegal de mineração.

Apesar dos comunicadores indígenas já estarem atuando, não havia ainda um nome para identificar a rede. Foi então que, já no formato remoto, foi realizada no dia 31 de julho de 2020 (via plataforma digital) a primeira reunião para alinhamento das atuações e preparação para a escolha do nome. Importante destacar que, naquele primeiro momento, muitos dos comunicadores já tinham sofrido perdas de pessoas próximas em suas comunidades e regiões por conta da Covid-19. Assim, a reunião foi marcada por muita emoção e relatos de dificuldades para atuação, de tal maneira que a pauta do encontro foi substituída para dar espaço e expressão aos sentimentos sofridos pelos comunicadores indígenas. A discussão tomou o rumo das vulnerabilidades a que somos expostos, dos caminhos de escuta e de reelaboração das práticas comunicativas a partir de nossas próprias dores.

O outro encontro ocorreu no dia 21 de agosto de 2020, mas a escolha do nome só ocorreu no dia 25 de agosto de 2020, após as equipes serem divididas por regiões. Os participantes apresentaram suas propostas nas línguas indígenas Macuxi e Wapichana, e o nome foi escolhido por votação por meio do aplicativo WhatsApp foi “Wakywai”, em língua Wapichana e que significa em português “Nossa Notícia”. A escolha também foi um reconhecimento histórico à primeira iniciativa de publicação impressa<sup>12</sup> do Cir, sendo dessa vez designado na língua da segunda maior etnia de Roraima.

A rede de comunicadores indígenas Wakywai é formada por 35 comunicadores indígenas de sete regiões do Estado de Roraima. O princípio da rede é ser uma frente de ativismo indígena, articulando conteúdos para a defesa dos direitos dos povos indígenas por meio da comunicação.

O 2º Seminário de Comunicadores Indígenas ocorreu no Centro Willimon - Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nos dias 26 e 27 de fevereiro

---

<sup>12</sup> Ver mais sobre o primeiro impresso do Cir no Trabalho de Conclusão de Curso de Mayra Pereira.

de 2022. É importante lembrar que a escolha do local dos seminários segue sendo uma escolha democrática sempre encaminhada no seminário anterior. Eu estive participando de forma online, minhas condições enquanto parte técnica da Coiab, naquele momento, me levaram a estar no planejamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Todavia, para destacar alguns detalhes para melhor apresentar a estrutura do evento, a partir desse segundo seminário, contei com a co-produção do comunicador indígena Nailson Almeida. Ele que esteve presente no evento me encaminhou algumas notas e conteúdos apresentados pelos comunicadores que foram fundamentais para a minha construção do texto na sequência. Essa é uma das muitas partes em que a escrita tomou uma forma solidária de construção.

O primeiro dia do evento teve a fala do líder do centro Willimon, Amarildo Macuxi que deu boas-vindas a todos os participantes e ao tuxaua da comunidade. Em seguida ocorreu um momento simbólico e espiritual, onde foi feita uma oração e também uma defumação com maruai e uma dança do parixara. Os presentes ao seminário passaram pelo ritual da pimenta nos olhos, que é o ritual da comunidade usado para proteção do corpo e da alma.

O coordenador regional das Serras (região que abrange o centro Willemon) Aldenir Cadete, que foi um dos primeiros comunicadores na época da luta pelo território da Raposa Serra do Sol, deu as boas vindas a todos e falou da importância da comunicação para os povos indígenas e também para o Conselho Indígena de Roraima. Estiveram presentes 30 comunicadores indígenas das regiões Murupu, Amajarí, Serra da Lua, Tabaió, Surumu, Serras, Raposa, Alto Cauamé e, pela primeira vez, a participação de um representante da região Wai-Wai.

Durante o encontro as lideranças falaram da importância da comunicação indígena, principalmente para destacar os produtos das comunidades, as plantações, os artesanatos, a cultura e toda beleza dos territórios indígenas, mas também a necessidade de denunciar as invasões nas comunidades. Para o coordenador Aldenir Cadete a produção dessa comunicação é também uma forma de contrapor uma ideia de que a

demarcação das terras representa um atraso no desenvolvimento do estado e do Brasil.

A comunicação é importante e é uma arma na luta dos povos indígenas, levando ao conhecimento das autoridades na luta pelos direitos indígenas. Que os novos comunicadores possam estar fazendo muitos registros pois levará os conhecimentos ao mundo, é importante fazer a divulgação dos trabalhos dentro das comunidades e mostrar o que tem de fato dentro das terras indígenas, como por exemplo a produção e a cultura e mostrar para o mundo que os indígenas não impedem a produção e desenvolvimento do país (CADETE, 2022).

No encontro, os comunicadores já atuantes em suas comunidades trouxeram os resultados de suas atividades, a exemplo dos comunicadores da região do Tabaio. Muitos disseram que têm acompanhado as lideranças nos eventos, nas mobilizações e isso tem aumentado a visibilidade dessa função nos territórios, com pautas sobre a valorização do trabalho nas comunidades, sobre os festejos culturais, entre outras.

A comunicadora Cíntia Wapichana da região Alto Cauamé falou sobre os avanços da Rede Wakywai. Mencionou que quando entrou para a Rede não sabia de nada sobre técnicas, não tinha nenhum equipamento, mas que com o tempo foi adquirindo conhecimento através das oficinas e seminários, possibilitando que o trabalho na região pudesse ser de melhor qualidade.

A comunicadora da Região Serra da Lua e atualmente Coordenadora do núcleo da Juventude do Cir, Raquel Viana, do povo wapichana, demonstrou o quanto é necessário a comunicação indígena, e sugeriu que os comunicadores possam ser também lideranças.

Nós comunicadores estamos nos formando também para ser lideranças e formadores de conhecimento. Todos nós somos indicados por nossas lideranças, eles têm a confiança, por isso cada um tem a responsabilidade e o compromisso de repassar sobre as atividades desenvolvidas dentro das regiões. Repassando as informações corretas, trazendo também o lado positivo que ocorre dentro das comunidades (VIANA, 2022).

Esse, portanto, é um momento que entendemos como histórico, tanto pela realização do seminário como pelo registro dele. Com o fortalecimento da Rede Wakywai, saber sobre os primeiros passos dessa jornada (não apenas de difusão das informações, mas da própria formação

que a comunicação potencializa) tem a força de um documento escrito pela nossa energia iluminada pelos nossos antigos. É o momento de perceber como esse modo de fazer encontra suporte nas ideias para ser continuado e ressignificado de forma inventiva e ampla.

#### **2.4 Campos de saberes da comunicação indígena e a demarcação política das telas**

Neste tópico desenvolvemos um diálogo com algumas perspectivas teóricas, escolhemos não criar uma temática (capítulo) específica para isso porque no formato dos saberes indígenas os ensinamentos são construídos em estreito contato com as nossas experiências, no caso, as vivências dos processos comunicacionais da rede Wakywai. Assim, apresentar algumas ideias que alimentam o nosso pensamento e as nossas ações é uma parte dessa trança de várias fontes e autores (transmetodologia). Como numa assembleia indígena, todo o esforço aqui é didático, para fazer com que as palavras do mundo acadêmico sejam de fato compreendidas e promovam mudanças, porque só alteramos aquilo que compreendemos.

Refletir sobre o que estamos realizando em termos de comunicação indígena dentro do Cir pede que compreendamos algumas ideias de base: primeiro, que essa comunicação não é do jeito de outras comunicações que a grande mídia oferece. Ela é um tipo diferente, portanto, ela se aproxima dos estudos sobre formas alternativas de comunicação. Mas as formas alternativas de comunicação também não são uma coisa só. Existem conteúdos diferentes da grande mídia que não se assemelham com os nossos objetivos e a nossa forma de ver o mundo (cosmovisão indígena). Logo, os estudos que podem nos orientar também devem incluir uma proposta comunitária e cidadã, baseada numa construção coletiva e horizontal, onde todos os comunicadores indígenas são importantes e vivem uma experiência comum que precisa ser transformada. A nossa situação indígena se encaixa nesse contexto de realidade e de comunicação.

Cicília Peruzzo (2004) é uma das pesquisadoras que estudam nessa direção, desde a parte histórica. Na nossa cultura é muito importante

entender de onde vêm as ideias. Então, a comunicação comunitária tem suas origens nos anos de 1970 e 80, no seio dos movimentos populares, no Brasil e na América Latina, diante de um contexto de falta de liberdades das pessoas, de um regime militar opressor e de muitas desigualdades sociais que afetam principalmente os grupos populares.

Os grupos populares são segmentos sociais excluídos que também não são vistos ou considerados nos meios comerciais de comunicação, normalmente quando esses grupos viram notícia são em situações desfavoráveis, tais como tragédias, conflitos e violências.

Diante disso, Peruzzo ressalta a essência da comunicação comunitária que é caracterizada como uma comunicação do povo, feita por ele e para ele. Existe nessa passagem uma clareza para entendermos o que os autores chamam de comunicação horizontal, contrária às hierarquias, ao poder concentrado sobre quem faz a comunicação e a passividade de quem a recebe. Também fica claro que nessa fala está presente uma força para o ativismo que associa a comunicação comunitária às pautas e lutas populares. Ou seja, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares e representa um espaço de participação democrática. Possui conteúdo-crítico-emancipador e reivindicativo e tem o 'povo' como protagonista principal, o que torna um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2004, p. 49).

Lembramos nesse ponto o quanto os conhecimentos estão conectados. Novamente o educador Paulo Freire (1987) dialoga com essa perspectiva da comunicação quando diz que o método pedagógico tem que ser construído de forma conjunta, com o sujeito e não para o sujeito. O encontro desses pensamentos reforça a perspectiva da prática da comunicação indígena, tanto por demonstrar o lugar especial das conexões e também, ao mudar a forma de ver o processo, por assegurar um espaço de ativismo, de resistências a outras formas.

Entendemos que a comunicação comunitária está mais próxima do que Almeida e Brito (2017) chamam de comunicação humana, em primeiro plano,

a busca do outro. A comunicação nesse estágio tem a finalidade de construir e manter vínculos. Aquele que compartilha algo com alguém, em um processo recíproco. A comunicação se dá quando emissor e receptor se sentem como iguais, numa relação de interatividade entre ambos, pois comunicar é coabitar.

Associadas a essas visões, as experiências comunitárias no campo da comunicação destacam o princípio da democratização da mídia, e como os meios convencionais são fortes estruturas de poder no país. Assim, as tensões e as pressões políticas e econômicas estão na base histórica da comunicação comunitária. Cicília Peruzzo (2013) destaca esse processo pela característica de ser contra a autoridade política imposta que, submetia às condições desumanas os menos favorecidos, com desrespeito aos direitos básicos da população, e esse poder foi se sustentando no país ao longo dos anos.

Considerando que essa perspectiva teórica nasceu e se desenvolveu no contexto da ditadura militar no Brasil, com uma série de ataques às expressões democráticas, aos movimentos sociais, às minorias, não é difícil imaginar porque nesse momento em que vivemos o agravamento de uma conturbada política brasileira, as discussões promovidas pela comunicação comunitária são cada vez mais necessárias.

Segundo Rozinaldo Antonio Miani (2011) diante do cenário global das comunicações, a forma comunitária se apresenta como um contraponto ao monopólio midiático que se estabelece pela via das corporações nacionais e internacionais. Nesse caso, uma resistência global/local, porque ainda de acordo com Miani (2011, p.229), a comunicação comunitária ao ser uma forma de produção de conhecimentos comunicacionais, se distingue do modelo comercial/conservador midiático na medida em que exige uma prática social, desenvolvida em ambiente comunitário, tendo como base a visão da cidadania e a participação dos sujeitos em suas interações sociais.

Ao reconhecer a sua atuação nas contradições da lógica capitalista, a comunidade se afirma como um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de 'desalienação', fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo (MIANI, 2011, p.227).

Especialmente considerando o fato dos direitos indígenas serem cotidianamente ameaçados e feridos, a comunicação tem sido uma estratégia indígena para apresentar a nossa forma de estar no mundo, quer seja em narrativas de enfrentamento ao preconceito ou por meio da produção de conteúdos que demonstrem o processo de defesa dos nossos territórios, do meio ambiente e da luta pela dignidade nos serviços de saúde e educação. A comunicação vem atrelada a uma série de práticas e eventos, porque não somos só comunicadores somos também lideranças e membros atuantes em várias outras demandas.

A segunda ideia que está na base dessa pesquisa é a de que a comunicação indígena realizada pela Rede Wakywai tem um lugar especial de ocupação nas telas digitais. Isso nos leva a considerar uma forma de comunicação comunitária que assegura a participação dos iguais, que preza pela ampliação da cidadania dos povos indígenas, mas que necessita também ser pensada enquanto tecnologia e presença no ciberespaço. Ou seja, uma reflexão sobre as contribuições das novas tecnologias e as transformações que atingem as formas de comunicar dos comunicadores indígenas de Roraima.

A relevância de se ter uma plataforma digital alimentada por comunicadores indígenas vai ao encontro da nossa necessidade de visibilidade e de construção de formas próprias de narrativas. A pesquisadora indígena, Mayra Pereira (2015) destaca que a mídia cometeu injustiças com as questões indígenas. Existe um conjunto de histórias que remetem a esse sentimento, uma vez que os povos indígenas, em muitos momentos não tiveram suas histórias divulgadas, relatadas e interpretadas de forma condizente com a realidade.

Almeida e Brito (2017) lembra que os indígenas também, como parte do processo social, começam a se inserir no meio tecnológico, no ato de filmar, fotografar, escrever (às vezes, de modo bem tímido, porém já é possível enxergar como algo transformador), de construção de vínculos comunitários, de pertença e de registros da cultura, bem como de conquistas de direitos. Podendo assim revolucionar a utilização dessas ferramentas de

comunicação como um importante elemento favorável à conquista de melhores condições de vida nas comunidades.

O enfrentamento dos indivíduos e dos grupos das ordens discursivas e estabelecidas é denominado de “potência política”. Esta expressão, trazida a debate por Marques, Martino e Coelho (2016), em estudo sobre a invisibilidade de moradores de rua na cidade de São Paulo e as possibilidades enunciativas deles na rede social Facebook, se refere “às tentativas de questionamento da ausência de um lugar de fala para os subalternos e a construção de ‘relatos de si’ marcados pelo sofrimento social e pela falta de reconhecimento” (MARQUES, MARTINO, COELHO, 2016 p. 55).

Sobre os indígenas e as novas tecnologias, Pereira (2016) compreende que no Brasil existem hoje duas maneiras de promover a comunicação na mídia: a primeira atuação é mais presente no que se convencionou chamar de mídia comercial, ligada aos interesses do mercado, numa ideia oriunda do capitalismo e com caráter individual, deixando o sentido coletivo em segundo plano. Este modelo de comunicação dificulta a participação dos indígenas na perspectiva de um uso que reflita suas problemáticas e anseios.

A segunda atuação da imprensa pode ser contemplada, principalmente, nos segmentos alternativos e comunitários, onde as questões comerciais não são o foco. Esse espaço não tem importância apenas pelo acesso aos dispositivos midiáticos de produção e de recepção, mas pela maneira dos atores de se constituírem no formato de comunicação, como protagonistas deste processo. Todavia, as formas de sua elaboração são bem difíceis, especialmente quanto a conseguir recursos, a ter a infraestrutura de acesso aos meios e a garantir a continuidade dessas alternativas, forçando as publicações, muitas vezes, a terem um caráter ocasional.

Por esse viés, entende-se que o uso dessas ferramentas digitais é positivo para as comunidades, porque esses novos meios em sua maioria são de baixos custos para a realização das ações, tornando-as mais rápidas e efetivas no ciberespaço, onde a comunidade é capaz de tornar-se parte

integrante do processo. E isso, tende a ajudar a entender como os povos enxergam e pensam em seu próprio espaço, diante de seu protagonismo tanto em cenário local, nacional e mundial, tendo em vista a dimensão das redes e do seu alcance global.

Todavia, na grande lista das desigualdades sociais, o ciberespaço é um campo dinâmico que também implica exclusão, uma vez que parcela considerável da população não tem acesso à internet no Brasil, sendo esta também uma evidência que alcança parcela dos povos indígenas. Torna-se necessário, portanto, às comunidades indígenas, intensificarem o debate sobre as suas formas de integração nos territórios informacionais virtuais e avaliar os caminhos para o uso das novas tecnologias, refletindo assim sobre o sentido precário da democratização da informação no país, ao mesmo tempo em que algumas iniciativas, como o dos comunicadores indígenas, propõem o uso criativo das tecnologias como instrumento de exposição desta e de outras desigualdades.

A união de um modelo de comunicação mais alternativo, comunitário e cidadão com os limites e as potencialidades apresentadas pelos serviços de internet e o ciberespaço nos leva a refletir sobre a terceira ideia de base dessa pesquisa, a noção de midiativismo como aquela que sintetiza a ação dos comunicadores indígenas no campo de um movimento social organizado e politicamente comprometido com os interesses do nosso povo.

O ingrediente da mobilização pela própria atividade dos comunicadores indígenas talvez seja a parte que faltava ser evidenciada nessa reflexão. Mas ainda assim cabem ponderações. Uma mobilização nas ruas, nas barreiras levantadas em alguns trechos da BR 174 (que liga o Brasil à Venezuela) ou na praça do Centro Cívico na capital Boa Vista, poderá contar com a cobertura da mídia, mas somente isso não basta. O Midiativismo é uma relação de ambos, é a conexão das ferramentas com a ação dos sujeitos e como essas lutas são expandidas a partir das mediações (SODRÉ, 2018, p.40).

O autor destaca que a função da mídia é importante, no profundo da militância, ela torna visível a causa, porém, ela não é determinante no desfecho final do midiativista, mesmo que o dispositivo Web faça o entrelaçado entre as

inúmeras informações. Em outras palavras Muniz Sodré (2018) entende o Midiativismo como uma guerrilha eletrônica.

A expressão é velha e nova: velha porque décadas atrás se falava de guerilla-television para opor mídia alternativa ao monopólio das ondas hertzianas; nova porque agora não mais se trata de tevê, mas de toda a parafernália de que se reveste a comunicação eletrônica (SODRÉ, 2018, p. 21).

Bruno Pacheco (2013, p. 26) destaca que falar em comunicação indígena autêntica significa que ela deve ser norteada pelos interesses dos povos indígenas. A partir desse entendimento, outras pessoas ou instituições que dialogam na mesma linha podem colaborar, porém, desde que o protagonismo seja indígena. Dessa forma, o autor traz às reflexões a legitimidade e o espaço de fala.

Apesar de trazermos alguns aspectos sobre a comunicação comunitária, a cibercultura e o midiativismo, notamos que a comunicação indígena pode ser tudo isso, mas o seu sentido é muito mais amplo, uma vez que os processos comunicacionais de uma comunicação étnica é uma construção conjunta, engloba o social, a cultura, as tradições e as narrativas de lideranças indígenas.

Durante esse período de pandemia, a participação das lideranças indígenas se intensifica nas redes sociais para assegurar a comunicação nas comunidades. As reuniões presenciais por cerca de dois anos (2020 a 2022) deram lugar aos grupos de *whatsapp*, e isso também já vem significando novas dimensões da forma como iremos entender mais adiante essas modificações no cotidiano das comunidades e da comunicação.

A preocupação é a de fazer nossa comunicação específica, no entanto, o grande desafio é a quebra do rastro da colonização que fez muitos de nossos parentes perderem as línguas nativas e outros referenciais culturais importantes. A fala é um dos fatores essenciais nessa abordagem, comunicar para dentro é mais difícil do que comunicar para fora, para fora os textos seguem um padrão e está tudo certo, agora dentro das comunidades ainda há muita falta de acesso à informação. A comunicação deve ser vista como um direito em que todos devem ter acesso, com a invisibilidade e a crescente

globalização foi necessário adentrarmos nos meios de comunicação para falar da nossa existência e das lutas.

Entender a comunicação como direito humano, inserida nos direitos de terceira geração, representa uma comunicação nos movimentos sociais. O avanço na visão do direito de comunicar e na própria concepção da cidadania, tanto pela passagem à percepção de direito coletivo quanto porque dá mais visibilidade à comunicação que tende a ficar um tanto imperceptível nas dimensões clássicas da cidadania, uma vez no âmbito dos direitos sociais em que se priorizam aqueles diretamente ligados às condições de vida (PERUZZO, 2013, p.171).

Diante disso, discutir a comunicação indígena pela configuração de um tipo de cidadania, de uma inserção tecnocultural e de um ativismo midiático, também nos leva a destacar a perspectiva de nossas representações e identidade. São séculos de processos coloniais, no entanto, ainda há muito o que desconstruir, na visão da sociedade ainda ficamos presos em 1500, não levando em conta os anos de colonização forçada aos nossos povos.

Isso nos impulsiona a pensar: quem somos nós? O que nos constitui enquanto sujeitos? Davi Kopenawa (2015) faz uma provocação sobre esses lugares de identidade:

Os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde minha infância e falo um pouco de sua língua. Mas não quero ser de jeito nenhum ser um deles. Ao meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em yanomami (KOPENAWA. 2015, p.75).

Em diferentes tempos e lugares sempre haverá alguém questionando nossa identidade, no que diz respeito à forma como nos vestimos, falamos, se usamos celulares, se estamos nas universidades, se utilizamos as redes sociais ou se participamos da política. A visão colonizadora ainda permanece no tempo presente.

Linda Tuhiwai (2018) traz um relato interessante sobre um grupo de jovens indígenas que foram a um evento internacional e nesse espaço um jornal foi fotografar os jovens, no entanto, quando os fotógrafos chegaram no local ficaram desapontados pois não encontraram o que em seus imaginários

pensaram, o indígena pintado, com trajes e cocares. Os jovens estavam vestidos com jeans e vestimentas consideradas na visão dos fotógrafos como “roupas modernas”. E isso ocorre corriqueiramente, quando estamos em eventos nas próprias universidades e nos apresentam enquanto indígenas, normalmente se não estamos com nossos artesanatos, podemos notar olhares diferentes que confirmam que a visão estereotipada sobre nós continua viva.

Por isso, propomos pensar identidade para além, quando falamos de identidade, estamos falando de nossa história, da nossa ligação com os ancestrais e toda luta de gerações. O escritor Ailton Krenak (2019) demonstra preocupação nesse sentido, uma vez que a violência contra nossa história continua. “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (KRENAK, 2019, p.9).

Sendo assim nossas definições partem nessa linha de construções e desconstruções em meio a um processo de constituição da nossa identidade, como sujeitos em constante mudanças, mas que não afeta quem somos. Néstor García Canclini (1996) compreende a identidade como uma construção que se narra, e está muito relacionado ao território e ao pertencimento do sujeito.

Quando o autor fala de territórios é importante destacarmos que não se trata apenas de um espaço geográfico, apesar de ser também sagrado aos povos indígenas, mas nessa concepção se trata de um movimento de ligações e pertencimento étnicos que se movem e transitam em diferentes lugares. Compreendemos o espaço geográfico como parte de um todo, uma conexão entre o que é palpável e o que não é, bem como histórias e vivências de pessoas e todo o contexto social que nelas envolvem. “Assim estuda os grupos, comunidades e suas percepções/ sentimentos do território, sua organização e seus signos” (SAQUET, 2010, p.111).

Desse modo, a comunicação indígenas que fazemos é uma estratégia que não se desloca de quem somos, da história que carregamos, das formas como os não indígenas nos representam, dos imaginários que ressignificam as nossas lutas e territorialidades, do nosso espaço amazônico e espiritualidade

ambiental, dos saberes que trocamos em vários ambientes e relações sociais. A anti colonialidade se expressa na nossa forma de ser e de estar nesse processo. A minha escrita nessa dissertação é uma expressão dessa perspectiva de desconstrução do peso colonial que carregamos. E a comunicação indígena da Rede Wakywai é uma das maneiras de poder narrar, sob orientação de alguns aportes teóricos da comunicação, esses diferentes lugares em que somos os sujeitos políticos dessa ação.

### **TEMÁTICA 3: OS COMUNICADORES INDÍGENAS E AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO EM RORAIMA**

#### **3.1 Os sujeitos que compõem a Rede de Comunicadores Wakywai**

A Rede Wakywai é formada nesses dois primeiros anos de sua existência por 30 comunicadores indígenas de Roraima. Essa participação tem sido crescente. Começamos com a representação de seis e na atualidade já somam dez etno regiões com a presença de comunicadores indígenas. São elas: Serra da Lua, Raposa, Surumu, Serras, Tabaió, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Alto Cauamé e Wai Wai.

**Figura 09** - Oficina para comunicadores indígenas da Rede Wakywai



Fonte: Rede Wakywai

Ainda não foi possível termos um levantamento detalhado sobre o perfil dos comunicadores indígenas que compõem a rede, muito por conta da nossa não exclusividade de atuação. A rede é importante e central para a comunicação do próprio movimento indígena, mas não somos apenas comunicadores, assumimos várias frentes no interior do próprio movimento e garantir nossa participação acaba sendo uma cota pessoal de resistência e entrega que fazemos para somar forças coletivamente. Assim, na condição de comunicadora indígena co-fundadora da Rede Wakywai, passo a organizar alguns aspectos que se destacam desse processo de construção e de observação.

Então, o que é possível revelar dessa recente experiência na direção de dizer, em linhas gerais, quem são os sujeitos que compõem a Rede Wakywai de comunicadores indígenas em Roraima?

Iniciamos pela característica que transforma um(a) indígena em comunicador de sua região. Para que isso aconteça, ocorre antes o reconhecimento das comunidades da região sobre a importância e necessidade de se ter um canal de comunicação em seu cotidiano, tanto do ponto de vista da circulação interna e integrada das informações quanto do potencial de cidadania que o acesso e a produção de informações acarreta. Com essa consciência do coletivo, pode já haver interessados ou poderá haver incentivo para que alguém do próprio grupo se disponibilize a assumir essa tarefa. De qualquer modo, é necessário que as lideranças de base façam uma indicação para o Conselho Indígena de Roraima. Essa é uma lógica similar a outros processos que fazem a identidade do movimento indígena.

O comunicador indígena não precisa conhecer técnicas e linguagens jornalísticas. O requisito básico inicial é estar envolvido pelo interesse coletivo de comunicar, sua vontade e disponibilidade em aprender. Esse tipo de esclarecimento tem sido repassado nos encontros e oficinas da rede, e tem provocado mais adesões. Alguns indígenas, por associarem o termo “comunicação indígena” como sinônimo de outras formas de comunicação a que nós temos acesso pela atuação de não indígenas na mídia comercial, podem censurar sua capacidade antes mesmo de terem conhecimento sobre o que é fundamental nessa atividade, o compromisso com sua comunidade, região e a luta pelos nossos direitos. Os conhecimentos mais técnicos e operacionais também são importantes para lidar nessa esfera de disputas de narrativas nas plataformas digitais, mas vem com o preparo e o tempo.

Temos observado, no entanto, que a participação na Rede Wakywai promove um engajamento maior nessas questões da identidade e da representação indígena. O ambiente de compartilhamento das experiências nos eventos e a valorização do reconhecimento e pertencimentos indígenas alimentam, sucessivamente, esse compromisso inicial solicitado do comunicador indígena.

Podemos dizer que um dos traços dessa composição é que a maioria dos comunicadores indígenas é formada por jovens e adolescentes, com idades entre 15 e 25 anos. Eles já reconhecem em seus relatos de experiência de vida um pouco dos desafios que nos cercam, faltando talvez oportunidade de externar isso e perceber o potencial da comunicação como campo de luta por outras formas de visibilidades. São jovens e demonstram energia para a atividade, principalmente porque sabem, apesar do longo processo de interferência e desvalorização cultural, que a escrita e as produções midiáticas em geral são uma forma de ecoar outros saberes que foram conhecidos por seus ancestrais. Basta que sintam o conforto de um ambiente que nos acolha em nossa integralidade, em nossas permanentes transformações e percepções híbridas de uma vida em constante relação dentro e fora de suas comunidades.

Os comunicadores indígenas da Rede Wakywai estão em uma experiência escolar, cursando o ensino médio em suas comunidades e têm um cotidiano marcado pelo tempo da escola, de alguma atividade de apoio em suas famílias e pela participação comunitária, em regiões e outras ações demandadas por suas lideranças. A maioria possui aparelhos celulares e são consumidores das redes sociais digitais. O WhatsApp é o aplicativo mais utilizado e o acesso deste e de outras plataformas depende muito de uma infraestrutura limitada para algumas comunidades mais distantes da capital. Também ainda não se tem um estudo quanti-qualitativo das comunidades que dispõem de serviços de internet e que fazem parte da Rede Wakyway. Essa pesquisa tem sido uma oportunidade de identificar uma série de estudos necessários e ainda em aberto.

Do ponto de vista das produções dos comunicadores indígenas, as oficinas realizadas pela equipe de comunicadores que atuam no Cir e alguns colaboradores voluntários, até então, têm oferecido algumas noções técnicas e o resultado já aparece nas publicações que serão descritas e analisadas na temática 4. Portanto, a mudança entre o consumo para dar lugar também a etapa da produção de conteúdos é o que faz a diferença nessa atividade de comunicação indígena. Podemos adiantar que a elaboração de textos, vídeos,

produção de podcast e fotografias tem tomado impulso, apesar do amplo campo de possibilidades e aperfeiçoamentos que se tem à vista.

Esclarecemos que a estrutura do departamento de Comunicação do Cir, baseada na capital Boa Vista, apesar de ser coordenado por uma jornalista formada, é compreendida nesta pesquisa como uma instância constituída também por comunicadores indígenas. A diferença de nomenclaturas adotada no dia a dia faz com que o termo comunicadores indígenas seja uma expressão mais abrangente, cujo foco é comunicar em formato mais livre, com os recursos tecnológicos disponíveis e com a liberdade de exprimir informação e opinião que se alinhem aos interesses e causas dos povos indígenas. A jornalista do Cir, hoje na pessoa de Márcia Fernandes, também se utiliza dessa possibilidade de linguagem nem sempre alinhada com os padrões técnicos e neutros da construção da notícia, todavia, já conta com os saberes elaborados por ter vivido a experiência de formação acadêmica, assumindo outras funções, inclusive, por meio das relações com outros colegas de profissão. Como eu mesma já assumi essa função, a prioridade é realizar uma comunicação que chegue às nossas comunidades e lideranças, que expresse um entendimento a partir de nosso modo de ver e de estar inserido naquele contexto factual. Logo, a opinião é parte constitutiva desse processo.

As ações da Rede Wakywai vão compor, portanto, o entrelace com outras redes de igual objetivo no Brasil, de forma atenta a uma discussão que é da ordem da comunicação também como um direito fundamental, inspirado na urgência de se pensar estratégias de proteção para os povos indígenas. A alimentação desse espaço que também é de mobilização social e política, pela via da comunicação, é apoiada por algumas organizações sociais, a exemplo do Conselho Indígena de Roraima (Cir), em instância local, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

### **3.2 Os comunicadores indígenas e as estratégias de co-produção da pesquisa**

Como já mencionamos, os comunicadores indígenas participam diretamente deste trabalho especialmente como sujeitos que compartilham a experiência de uma forma específica de comunicação. Com eles construímos um diálogo próximo que aprofunda os sentidos sobre nossas práticas cotidianas, os cenários midiáticos e interculturais e as pautas do movimento indígena em Roraima e integradas às ações que tomam corpo nas lutas nacionais.

Esse, talvez, seja o ponto metodológico mais diferenciado da pesquisa, com vista à inserção da coletividade de pensamentos e de expressões no próprio processo dissertativo. Escrever uma produção científica, de acordo com as normas e regras que orientam os trabalhos acadêmicos, por mais que seja constituída por outros sujeitos como fontes e pelas vivências de campo, se materializa como um ato solitário de quem pesquisa.

Para nós, indígenas, o processo criativo coletivo é um rito comum que atravessa diferentes atividades. Por isso, mesmo sendo mantida a minha condição individual de acadêmica, sob o registro de uma matrícula, com adequação aos modelos epistemológicos institucionais da universidade, as escolhas sobre os procedimentos e as discussões sobre as temáticas que constituem esta dissertação se dão no sentido de diminuir a individualidade das reflexões e registros sobre o tema pesquisado. A ideia desde o início foi a de promover uma ambiência que resultasse numa produção mais coletiva tanto quanto possível.

Os comunicadores que estão comigo neste trabalho são três: duas jornalistas indígenas, Mayra Pereira Wapichana e Márcia Fernandes, e Nailson Almeida que faz o curso de Jornalismo também na Universidade Federal de Roraima. Com eles, exercitamos o que denominamos de “roda de conversa” em formato virtual (no auge da pandemia) e presencial quando, por situação comum das nossas atividades, pudemos nos encontrar. A ideia dessas rodas de conversa é semelhante ao que nas grandes assembleias dos povos indígenas se caracteriza pela formação de circuitos menores de trabalhos, são grupos que se reúnem separadamente em torno de um tema. No centro da

nossa perspectiva, o tema foi a comunicação indígena e a Rede Wakywai, da qual nós quatro fazemos parte.

As razões para a escolha desse modelo estão vinculadas às formas que entendemos como mais adequadas aos métodos que vivenciamos em nossas comunidades indígenas, por meio do incentivo à construção de ideias pelo diálogo entre os sujeitos da aprendizagem, pelo transbordamento do contexto da universidade na direção do que mais se aproxima de nossas reuniões para a tomada de decisão sobre os mais diferentes assuntos. E como sugerido na Temática 1 busca, ao menos, intercambiar a predominância de um modelo colonial que não considera nossas subjetividades, sendo mais uma frente de saber crítico sobre nós mesmos, nosso cotidiano intercultural, nossas identificações e diferenças. A partilha coletiva dessas questões no interior do processo de elaboração de uma produção científica auxilia a destacar e positivar o que é diverso, opondo-se à escrita baseada na reprodução de modelos que, por pouco nexos com nossa realidade, aprofunda as distâncias entre “capacidades cognitivas” verificadas por métricas colonizadoras. Assim, a roda de conversa é uma expressão de ideias que se levantam pelo instrumento da oralidade, por meio de dispositivos tecnológicos que permitem esse movimento no tempo, unindo os sentidos diacrônicos e sincrônicos.

Mário Nicácio, da etnia Wapichana, ressaltou em sua dissertação sobre a dificuldade que nós pesquisadores indígenas encontramos na academia por conta de sermos povos culturalmente orais. “A oralidade é uma característica forte no mundo indígena, como dito por todos, nós a dominamos muito bem, mas ao colocar a nossa fala no papel encontramos barreiras, devido ao uso do idioma, no caso, o português”. (NICACIO, 2019, p.20).

A oralidade é uma forma de falar da nossa ancestralidade, e nesse duplo sentido estão presentes os sentidos também espirituais. Quando nesse contexto trágico da pandemia, dizemos que estamos perdendo nossas bibliotecas, estamos falando de lideranças e pessoas mais velhas que sucumbiram e que levaram com elas muitas outras formas de conhecimento e de saberes. Não se trata de opor a oralidade e a escrita. Tanto que a nossa luta pela educação diferenciada indígena é uma forma estratégica de

fortalecimentos de todas as formas de conhecimento e de comunicação, sem tornar obsoletas as nossas tradições, a nossa história continuamente reapropriada.

[...] Através da oralidade, é possível se remeter a acontecimentos de muito tempo atrás, que foram estrategicamente passados de gerações para gerações, tornando aquelas pessoas mais velhas verdadeiros recipientes da tradição e conhecimento (SOTTO, 2017, p.24).

Na sequência, apresentamos os três colaboradores que se somam a mim nessa atividade de discussão da pesquisa, como protagonistas de nossas próprias histórias e cujas contribuições aparecem de forma mais nítida na próxima Temática.

**Figura 10** - Mayra Celina da Silva Pereira (Mayra Wapichana)



Fonte: Arquivo pessoal de Mayra Wapichana

Indígena do povo Wapichana, da comunidade indígena Malacacheta (RR), mãe de Mirela de 15 anos. Jornalista, egressa do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mayra Wapichana, tem 37 anos e é primeira indígena a concluir o curso por meio do Processo Seletivo Específico para Indígenas (PSEI), turma de 2010. Atuou na Assessoria de Comunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), no período de 2005 a 2008 e de 2013 a 2018. Atualmente, é Secretária Parlamentar do mandato da Deputada Federal Joenia Wapichana (primeira parlamentar indígena do Brasil), exercendo a função de Assessora de Comunicação.

**Figura 11-** Márcia Elizabeth Fernandes



Fonte: Rede Wakywai

Do povo Wapichana, Márcia Elizabeth Fernandes, 36 anos, é da comunidade Tabalascada, região Serra da Lua. Mulher indígena, mãe de Mariana, comunicadora indígena, graduada em Comunicação social - Jornalismo, pela Universidade Federal de Roraima (turma de 2019). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR, pesquisa sobre o

tema da Comunicação Indígena pela perspectiva do programa radiofônico A voz dos Povos Indígenas. Atualmente exerce a função de Assessora de Comunicação do Conselho Indígena de Roraima (Cir) e foi uma das comunicadoras indígenas bastante atuante junto às comunidades, especialmente no momento de maior complexidade da pandemia provocada pelo novo coronavírus. A comunicação do Cir se empenhou em registrar por notas de pesar o falecimento das lideranças indígenas e não mediu esforços em produzir cartilhas informativas sobre as formas de prevenção da doença em algumas línguas indígenas, sendo essa uma das estratégias principais para chegar nas localidades mais distantes.

**Figura 12-** Nailson Silva de Almeida



Fonte: Rede Wakywai

Do povo Wapichana, com 32 anos, Nailson Almeida, pertence à comunidade Tabalascada, na região Serra da Lua. É estudante do curso de Comunicação Social - Jornalismo na UFRR e comunicador Indígena da Rede Wakywai. Pai de dois filhos: Marlon Thaylor Silva de Almeida (9 anos) e Milena

Lorim Silva Pereira de Almeida (5 anos). Em 2012 até 2013 fez parte do Projeto Nova Cartografia, no qual estudava sobre os indígenas que vivem em Boa Vista, longe das comunidades. Esse projeto foi realizado pela coordenação do curso de Antropologia da Universidade Federal de Roraima em parceria com a Organização dos Indígenas da Cidade (Odic). Trabalhou na TV Roraima, afiliada da Rede Globo no estado, em 2013, e atuou em outros veículos de comunicação local, atualmente faz parte da equipe de comunicação do Conselho Indígena de Roraima.

Nesse sentido, duas questões aparecem na base do pensamento sobre o formato de co-produção que ousamos idealizar: Como se estruturam esses encontros e conversas? E o que, a partir dessas rodas de interação foi apropriado por esta pesquisa e suas temáticas?

Sobre a estrutura, por conta do período de pandemia que vivenciamos, essas conversas ficaram limitadas a três encontros. Inicialmente havíamos pensado em estabelecer encontros trimestrais ao longo da pesquisa, mas a nossa rotina se rebelou contra esse planejamento. Duas rodas de conversa foram realizadas de forma remota (sendo uma em 2020 e outra em 2021) e uma presencial (em 2022).

Em afinidade com a experiência comunitária, o roteiro dos encontros assume uma característica de conversas informais, mas sempre guiadas por uma lista de perguntas semiestruturadas, conforme previsto no projeto aprovado pelas instâncias de análise de ética na pesquisa. Esse modelo de conversação entre nós mesmos é destacado por (TUHIWAI, 2017) como feita por nós e para nós. E nisso consiste o nosso testemunho, além das discussões dos temas, também foram colocadas nesses contatos as nossas dificuldades diante da epistemologia eurocêntrica e colonial.

Construir uma investigação feita por indígenas, demarca o território da universidade também como espaço para ocupação de nossos povos. Os ancestrais visualizaram que seria de grande importância que pudéssemos ocupar o campo acadêmico, sendo assim, hoje estamos aqui como prova dessa luta e resistência.

Consideramos como nosso primeiro encontro aquele já referido no momento de tratar sobre os primeiros passos da Rede Wakywai (Temática 2). Ele aconteceu em formato remoto no dia 31 de julho de 2020 (via plataforma digital). Nessa primeira reunião, além dos comunicadores Márcia e Nailson, participou também um grupo mais amplo de jovens das regiões que haviam comparecido à primeira oficina. A rede de comunicadores ainda não tinha um nome. Como dito, foi um momento de muita emoção porque ali já compartilhamos as nossas perdas familiares para a covid-19 e o momento acabou se transformando em uma sessão de solidariedade e conforto. E o que me ensinou esse encontro para a pesquisa? Que não seria possível trazer o tema da comunicação indígena sem uma referência contextual da pandemia e da intensificação do sofrimento dos povos indígenas. Que a história da criação da Rede Wakywai se confunde com esse processo de produção que une a atividade de pesquisa acadêmica, o ativismo e o enfrentamento sanitário em termos nunca antes vivenciados por nós.

Depois de um longo espaço de tempo, em que eu me perdi na pesquisa e nos objetivos da vida (fatos já relatados na imersão que fiz no início desse trabalho), ocorreu a nossa segunda roda de conversa no dia 27 de março de 2021. Dessa vez o encontro foi restrito aos comunicadores que colaboraram de forma direta com a minha pesquisa. Novamente por conta do cenário de pandemia nossa conversa ocorreu por meio da plataforma *Zoom*. Os locais onde estavam cada membro demonstra bem a nossa forma de experimentar e viver a comunicação em redes: Mayra Wapichana em Brasília, Nailson Almeida estava na comunidade Tabalascada, eu e Márcia na capital, Boa Vista.

Após uma ampla discussão sobre nossas próprias vivências nesses tempos, começamos a falar como enxergávamos a comunicação e se de fato tudo que já fazemos pode ser considerado uma comunicação indígena e qual o nosso papel enquanto jornalistas nesse espaço. Com nossa linguagem simples de parente para parente, meus companheiros de jornada aceitaram o desafio. O encontro ocorreu às 20h e durou três horas. Falamos sobre a saudade de nosso caxiri, da comunicação que já fazemos e dos processos de mudanças ao longo dos anos.

Para nos conceituar, nossa narrativa parte do que somos e para onde estamos comunicando, a discussão vai além dos campos comunicacionais, envolve identidade, cultura, tradições e o processo violento de nossas vivências na cidade.

Ambos temos muito a contar, eu e Nailson viemos de contexto de comunidade, trazemos em nós toda construção de uma vivência dentro de nossos territórios. Márcia e Mayra vêm de uma realidade que é o crescimento em contexto urbano, após saída involuntária de suas comunidades. Nossas discussões partem do ponto principal que é o território em direção à nossa identificação enquanto sujeitos indígenas, pesquisadores e comunicadores.

As nossas abordagens seguiram de forma conjunta, pois entendemos que na nossa estrutura social é muito importante o fazer coletivo, a união faz a força. Pontuamos nossas visões de mundo a partir de nossas realidades, do caminho inverso, dos movimentos indígenas para dentro da universidade, afinal esse território também é nosso. E o que me ensinou esse segundo encontro para a pesquisa? Que deveria haver uma flexibilidade metodológica que pudesse fomentar a crítica aos métodos rígidos e estranhos para nós, permitindo uma experiência de articulação dos saberes tradicionais indígenas e os saberes acadêmicos. Muito em decorrência do debate sobre identidade e memórias compartilhadas pelo grupo, a roda de conversa me encorajou a buscar uma escrita mais criativa, até porque partilhei com eles os momentos de desânimos que me afligiam e a vontade recorrente de desistir desse processo.

A terceira roda de conversa aconteceu no dia 12 de março de 2022. Estivemos dessa vez de forma presencial, as condições de vacina nos permitiram estar junto de um grande grupo dos comunicadores indígenas durante a 51ª assembleia geral dos povos indígenas de Roraima que tinha como tema “Defender o Território é Garantir a Vida dos Povos Indígenas”. Acertamos um intervalo no interior da assembleia para conversarmos. Márcia Fernandes estava ali em duplo papel, de assessora de comunicação do Cir e de líder da rede de jovens comunicadores Wakywai. Pedi para que nos reuníssemos em uma roda para falarmos de nosso processo comunicacional indígena e nossa missão. A energia da própria assembleia criou uma condição

ambiental favorável ao diálogo, ao encorajamento da atividade dos comunicadores e à retomada da minha pesquisa.

**Figura 13-** Roda de conversa na 51ª Assembleia geral dos povos indígenas de Roraima



Fonte: Rede Wakywai

Prosseguindo na perspectiva de fazer uma aproximação com o que pensamos ser um processo lento de indigenização da pesquisa, o momento se deu debaixo de um cajueiro, dentre tantos que embelezam aquele lugar sagrado, no centro do Lago Caracaranã, região da Raposa. De início, foi aberta a palavra para que todos nós, comunicadores indígenas, pudessem conversar. Do grupo de co-produção e suporte direto às ideias dessa pesquisa, estava presente Mayra Wapichana e Márcia Fernandes, somente Nailson não teve como comparecer. No entanto, o espaço foi importante para entendermos que a comunicação indígena é uma base para que as informações sejam

divulgadas por nós. Mayra falou do processo histórico da comunicação no Cir, Márcia trouxe também a importância deles ouvirem como foi o caminho para até hoje podermos tratar e fazer parte de uma rede de comunicadores indígenas. E novamente a questão: o que me ensinou aquele terceiro e último encontro para a pesquisa? As próprias trocas presenciais de ideias foi um ensinamento a parte da construção da dissertação, pareciam nos dizer que a vida teimosamente seguia. Esse pensamento converteu-se em esperança, minha saúde emocional passou a dar sinais mais positivos diante dessas trocas e não haveria pesquisa sem mim. A co-produção, a partir do conteúdo tratado na roda de conversa, inspirou-me a sempre buscar lugar histórico das lutas e dos processos de comunicação. A Rede Wakywai já começa a construir uma história, mas ela é parte nesse grande painel de iniciativas do movimento indígena pela ótica da comunicação.

**Figura 14-** Roda de Conversa



Fonte: Rede Wakywai

Para encerrar esse tópico, é importante dimensionar o tamanho das contribuições trazidas por esses momentos. Quando apresentei ao grupo dos três (Márcia, Mayra e Nailson) a proposta de uma escrita conjunta da

dissertação sobre comunicação indígena, no segundo encontro, o que de fato aconteceu, pelos limites impostos pelo contexto e a realidade enfrentada por cada um de nós, foi uma colaboração fundamental na discussão de temas que foram acolhidos nesta pesquisa. Não houve uma escrita coletiva. Prevaleceu a inspiração trazida pelas rodas de conversa, a estruturação das temáticas e o incentivo para fazer algo metodologicamente mais relacionado com a nossa presença nesses múltiplos contextos, a universidade e a experiência comunitária. E isso já representa um grande avanço na direção de uma coletividade aplicada na elaboração de um saber tão importante para nós.

#### **TEMÁTICA 4: AS ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS**

Este processo foi o mais difícil de ser concluído, foram horas e dias de muitas angústias, tudo se mostrou bastante complexo de organizar, meus pensamentos, a demanda crescente de participação nas mobilizações em todo o país, o acumulado do luto pelas perdas de entes queridos, a ansiedade que parecia desafiar as sessões de terapia. Enfim, a pesquisa é feita de tudo isso e chega nessa etapa da sistematização da observação da produção dos conteúdos digitais pela Rede Wakywai de comunicadores indígenas lidando com esses limites.

É importante dizer que foi nesse ponto que também me vi obrigada a mudar o caminho da pesquisa por não ter encontrado o que me propôs pesquisar ainda no exame de qualificação. A proposta inicial era fazer o acompanhamento das produções dos comunicadores indígenas apenas em fanpages do Facebook de três etno regiões (Raposa, Surumu e Serra da Lua). Mas a atenção sobre o material mostrou que apenas uma etno região, Serra da Lua, tem alimentado frequentemente a página dessa rede social dentre os comunicadores da Wakywai, contrariando a nossa projeção de que até o final dessa pesquisa as outras regiões teriam suas páginas ativas. Deparei-me com a realidade que muitos dos comunicadores enfrentaram, a falta de tempo para se dedicar integralmente às páginas e a criação de produtos, muitos possuem outras funções nas comunidades às quais pertencem.

Por outro lado, observou-se uma crescente publicação dos conteúdos do Conselho Indígena de Roraima no Facebook. E como o conteúdo do Cir também é elaborado por comunicadores indígenas, passamos a mapear essas duas fanpages, Serra da Lua e Cir, a primeira com uma característica mais inaugural e a segunda sendo mais veterana em matéria de comunicação.

Escolhemos os meses de junho, julho e agosto de 2002 e os mesmos meses de 2021 para fazer a investigação das produções digitais. A escolha desse período foi definida inicialmente por se considerar o conjunto dos três

meses de 2020 (junho, julho e agosto), como uma faixa de tempo de implantação da Rede Wakywai. Considerando a ocorrência dos seminários preparatórios e as oficinas que ocorreram no período entre o final de 2019 e os primeiros meses de 2020, a escolha dos três meses representa o momento de aparecimento dos primeiros conteúdos divulgados pela rede. Também foi determinante para esse recorte temporal o fato de junho, julho e agosto concentrarem uma das fases mais cruciais da pandemia de covid-19 em Roraima, num cenário ainda sem vacinação, onde a informação para os povos indígenas representava um divisor entre a vida e a morte. Já a escolha dos mesmos meses em 2021 se deu na tentativa de verificar as alterações de conteúdo e de cenários um ano após o início da pesquisa.

#### **4.1 O ano de 2020: a comunicação indígena sob o signo da pandemia**

Assim, passamos a apresentar uma descrição geral da fanpage da região Serra da Lua no Facebook e as suas principais características a partir da apresentação dos conteúdos digitais publicados.

A região Serra da Lua contempla 21 comunidades indígenas e 9 Terras Indígenas (TIs). Além dos ajustes necessários à pesquisa por conta das outras etno regiões ainda não disporem de uma publicação sistemática nas redes sociais, a região Serra da Lua já havia sido escolhida para estudo por ser uma das primeiras páginas do facebook criadas pelos comunicadores indígenas, em 19 de agosto de 2019, quando a rede Wakywai passou a ser cogitada. A página é denominada de “Comunicação social indígena -Etno Região Serra da Lua” e tem como imagem de capa um das mobilizações contra o Projeto de Lei 490 que trata do marco temporal.

**Figura 15** - Print da fanpage Serra da Lua



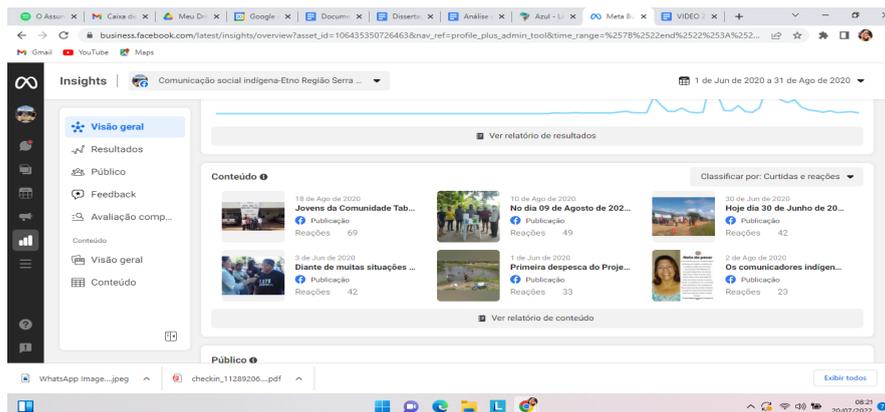
Fonte: Facebook / Região Serra da Lua

Com base no levantamento dos meses de junho, julho e agosto de 2020, as principais publicações dos comunicadores indígenas da região Serra do Lua se voltarão para a temática da pandemia, com destaque para os cuidados com a prevenção e os óbitos.

A página possui 1,3 mil seguidores (verificado no dia 03 de agosto de 2022) e vincula cinco comunicadores indígenas da região, mas somente dois têm atuado diretamente na fanpage, um deles é o comunicador Nailson Almeida com quem interagimos de forma mais direta para a elaboração dessa dissertação. O link para sua localização é <https://www.facebook.com/ComunicacaoSocial.RegiaoSerradaLua>

Quando observamos as curtidas e reações, vamos perceber que há uma linha crescente de interação que se estende nos primeiros meses de junho, onde se divulga o óbito de uma das principais lideranças da região Serra da Lua, o professor Fausto Mandulão (em decorrência da covid-19) até em agosto quando a postagem mostra uma participação de jovens em uma oficina. Acompanhando essa página localizo o óbito de minha mãe. Sobressalto e dor porque quando iniciei o levantamento não havia me preparado para lembrar novamente dessa publicação, mas faz parte desse processo.

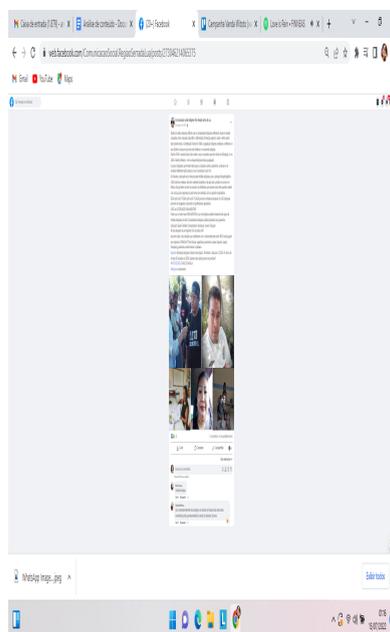
**Figura 16** - Os seis conteúdos com maior interação na fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2020



Fonte: Facebook / Região Serra da Lua

Ao verificar os compartilhamentos, o principal post é o do óbito do líder indígena, professor Fausto Mandulão. Na imagem ele aparece em um período de mobilização como forma de lembrar do seu ativismo e luta pelas causas indígenas. Na sequência reproduzimos um texto de manifesto sobre o descaso do poder público com os povos indígenas no período pandêmico.

**Figura 17 - Manifesto contra o descaso com a vida indígena e informação sobre a morte do líder Fausto Madulão em 03.06.2020**



Fonte: Facebook/ Região Serra da Lua

CADÊ as AUTORIDADES PARLAMENTAR? “Parece que só existe uma PARLAMENTAR, e por ser indígena acabam deixando tudo para

ela. Famílias indígenas em luto! Comunidades indígenas acabam perdendo seus guerreiros. Educação! Saúde! Famílias! Comunidades! Lideranças! Jovens! Crianças! Ah mas ninguém vai se importar com os índios neh? Aqui tem vidas e são cidadãos que contribuem com o desenvolvimento deste PAÍS, todos pagam seus impostos. RORAIMA É Terra Macuxi, wapichana, yanomamis, waiwai, ingaricó, separá, Tawrepang, patamona, waimiri-atroari e yekuana. #grandes lideranças indígenas deixam seus legados. Perderam a vida para o COVID-19, até o dia de hoje 03 de junho de 2020. Quantas vidas ainda podem ser perdidas?

O que podemos observar é que as postagens não eram apenas de notas de pesar, e sim também de indignação com a situação e cobrança às autoridades. Essa busca por justiça precisa de visibilidade, e os comunicadores indígenas da região Serra da Lua passaram a produzir e a fazer circular conteúdos em sua fanpage com o propósito de chamar a atenção de outros segmentos sociais para as situações enfrentadas por eles. Ter acesso a esse material demonstra a importância dessas informações estarem em uma rede social da comunidade, sendo ditas pelos seus moradores, aqueles diretamente atingidos pela gravidade da covid-19.

Nailson Almeida, comunicador dessa região, em entrevista no dia 12 julho de 2022, menciona que este processo de construção da narrativa da página Serra da Lua se dá na tentativa de colocar em evidência uma série de violências sofridas nos seus territórios.

Construímos nossa pauta conforme as demandas de nossas lideranças e comunidades, trazemos para a escrita, na fotografia uma forma de escrever, nem sempre no convencional, mas é a forma que entendemos que precisa ser dito, entendi que apesar de trabalhar em vários veículos de comunicação convencional, a linguagem de nossos povos, e o fazer da comunicação indígenas requer outra abordagem, uma escrita de militância, de defesa e de justiça” (ALMEIDA, 2022).

Ainda no mesmo tempo de verificação em 2020, passamos a acompanhar a produção de conteúdos dos comunicadores indígenas na fanpage do Conselho Indígena de Roraima (Cir) no facebook. A página foi

criada em 12 de janeiro de 2012, possui 11.097 seguidores até o dia 03 de agosto de 2022. O link para sua localização é <https://www.facebook.com/conselhoindigena.cir> Na imagem de capa, O Cir traz também uma mensagem visual sobre a mobilização indígena em torno das ações governamentais que põem em risco os direitos conquistados pelos diferentes povos na atual Constituição brasileira.

**Figura 18 - Print da Fanpage do Cir**

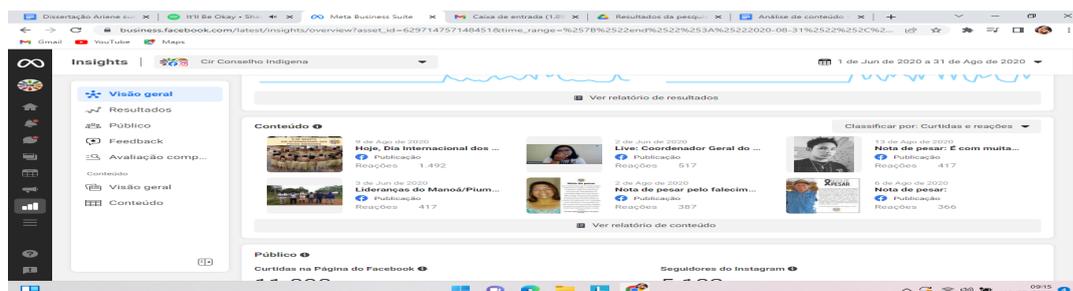


Fonte: Facebook / Cir

Sobre os conteúdos mais divulgados, a pesquisa demonstrou que a produção não foi muito diferente da apresentada pela região Serra da Lua. A partilha de uma mesma crise sanitária em decorrência da pandemia de covid-19 fez com que as postagens nos meses de junho, julho e agosto de 2020 tratassem sobre as notas de pesar pela perda de lideranças de vários povos indígenas de Roraima e assuntos relacionados ao coronavírus. Todavia, o que mais chamou a atenção foi que a informação mais acessada no período

tratou sobre o Dia Internacional do Povos Indígenas, no mês de agosto. Uma abordagem diferente no conturbado cenário.

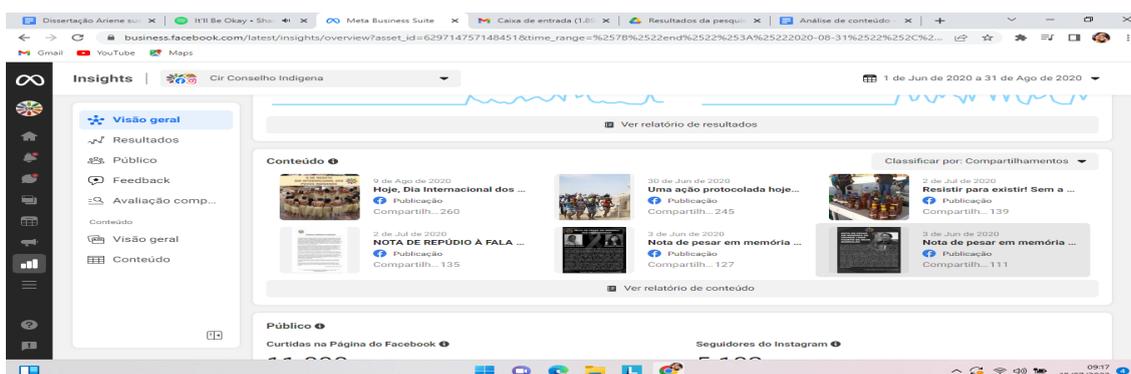
**Figura 19 - Os seis conteúdos com maior interação na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2020**



Fonte: Facebook / Cir

Também foi a postagem de 09 de agosto, sobre o dia Internacional dos Povos indígenas, que obteve o maior número de compartilhamentos, seguido de uma publicação no dia 30 de junho, sobre uma ação protocolada na justiça para que o governo federal tomasse as medidas necessárias para a proteção dos povos indígenas diante do elevado índice de contaminação e mortes provocadas pela covid-19. Essa postagem teve 245 compartilhamentos. Percebe-se por meio dessas postagens que a luta para salvar vidas não parou, seja nos territórios físicos ou simbólicos, com a exposição das tensões nos meios digitais.

**Figura 20 - Os seis conteúdos mais compartilhados nos meses da pesquisa na fanpage do Cir**



Fonte: Facebook / Cir

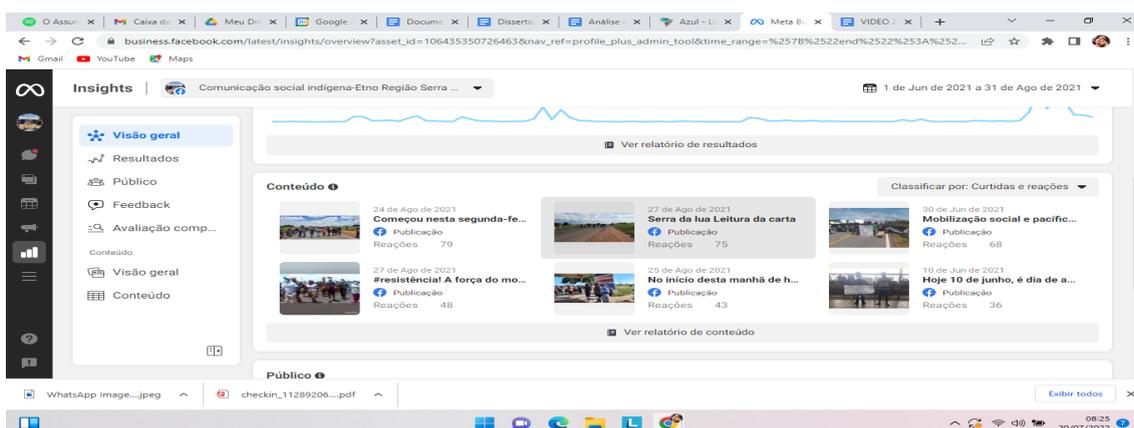
## **4.2 O ano de 2021: a comunicação indígena e a batalha do século**

A pesquisa referente ao ano de 2021, nos meses de junho, julho e agosto, traz uma realidade diferente da que foi transformada em conteúdos comunicacionais digitais em 2020, porém, com a mesma significância de causa, pois a principal bandeira do movimento indígena foi e é o território, e isso se fez presente nas publicações tanto na fanpage do Cir, quanto na da Serra da Lua.

A partir da atuação dos comunicadores indígenas da região Serra da Lua, o conteúdo que obteve mais engajamento foi sobre a mobilização contra a tese do marco temporal. Essa causa, que é considerada pelos povos indígenas como a batalha do século, levou em 2021 à capital federal, Brasília, mais de 6.000 indígenas que protestavam contra essa ação. A expressão batalha do século significa uma luta árdua e icônica, onde estão configurados os conflitos de interesse sobre os territórios indígenas por outros grandes agentes da sociedade capitalista, representados principalmente pelos ruralistas.

Os povos indígenas estão lutando no Supremo Tribunal Federal contra um Recurso Extraordinário conhecido como “Marco Temporal”. A decisão do STF deveria ser aplicada apenas na ação que foi movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à terra indígena Ibirama-Laklãnõ. Porém, em 2019 o caso ganhou status de “repercussão geral”, ou seja, a decisão tomada neste caso servirá de base para procedimentos de demarcação de outros territórios indígenas. De acordo com essa tese, os povos indígenas só têm direito à terra se estivessem sobre sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. O tamanho da mobilização chamou a atenção de vários órgãos de imprensa no país. No entanto, a cobertura realizada pelos comunicadores indígenas assegura um lugar de destaque nas postagens, conforme a seguir:

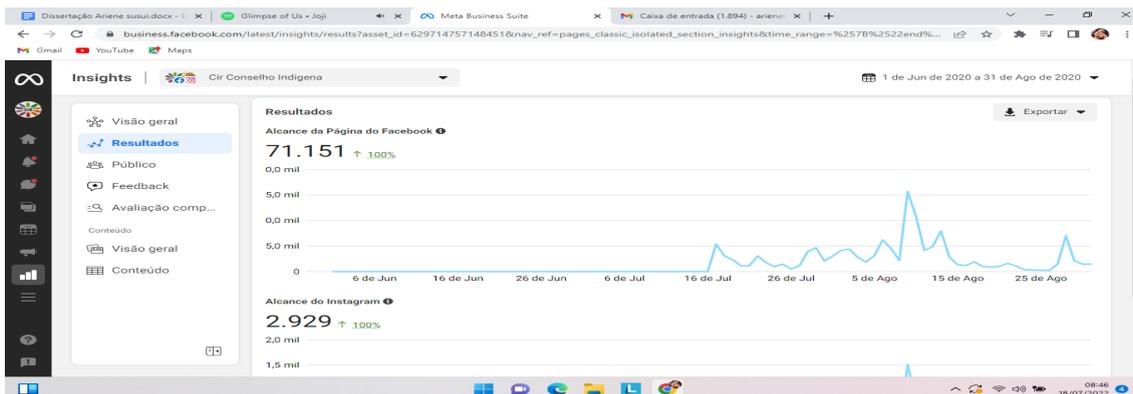
**Figura 21** - Os seis conteúdos com maior interação na fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2021



Fonte: Facebook / Região Serra da Lua

O acompanhamento das visualizações e reações, por meio da página Serra da Lua, ainda recente no facebook, indica que a pauta de mobilização abordada pelos comunicadores indígenas, especialmente em torno do marco temporal, agendou um certo interesse do público que buscou a produção de nossos comunicadores para ter acesso a uma informação tão complexa e importante. As mobilizações se estenderam ao longo do mês de agosto de 2021, com a expectativa de que o julgamento ocorresse no dia 25 daquele mês. Esse alcance é melhor visualizado a partir do gráfico:

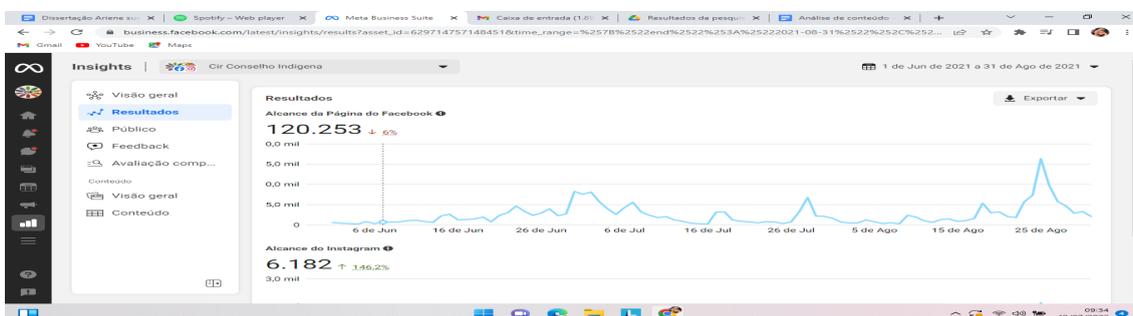
**Gráfico 1** - Alcance dos conteúdos da fanpage Serra da Lua nos meses da pesquisa em 2021



Fonte: Facebook / Região Serra da Lua

Na página do Cir no facebook, os índices começam a aumentar a partir do dia 16 de junho, que é quando se dá a preparação para a mobilização tanto em nível de estado, quanto em nível nacional. Observação uma oscilação a maior no dia 25 de junho, quando ocorreu o início do Acampamento em Brasília, e depois no dia 26 de junho, uma das primeiras datas marcadas para iniciar o julgamento, que foi adiado: depois no dia 25 de agosto que foi a data marcada para possível julgamento do marco temporal, que também foi suspenso.

**Gráfico 2 - Alcance dos conteúdos da fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021**

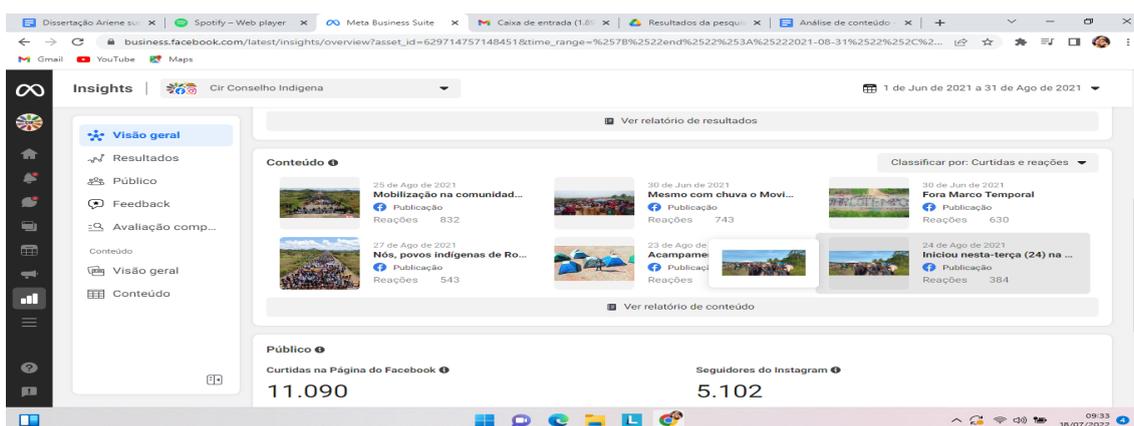


Fonte: Facebook / Cir

O registro dos acontecimentos durante as mobilizações em Brasília foi feito por comunicadores indígenas. O fotógrafo indígena Caique de Souza, que também é aluno do curso de Jornalismo na UFRR, além de Márcia Fernandes

e Nailson Almeida cobriam as mobilizações em Brasília e alimentaram a fanpage do Cir. Pela observação dos posts é visível a pluralidade dos ambientes de onde partiram as informações, assumindo um caráter de correspondentes.

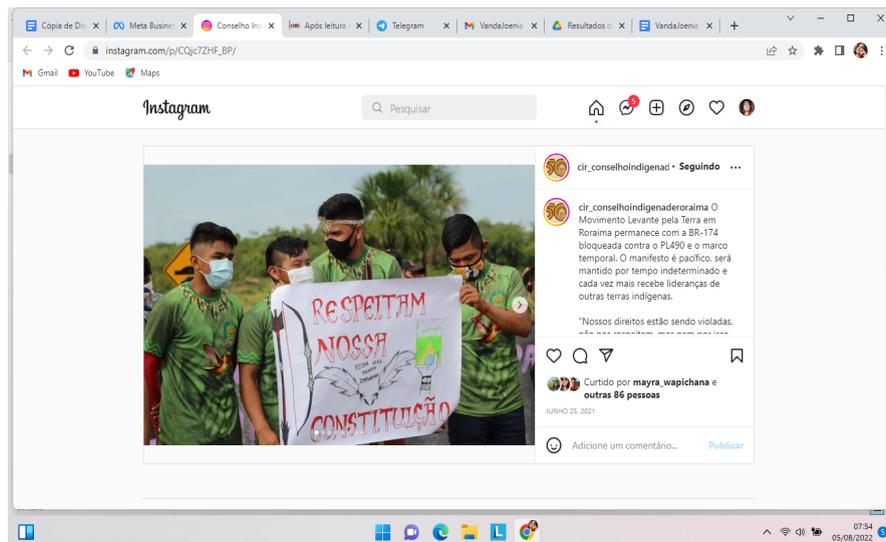
**Figura 22** - Os seis conteúdos com maior interação na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021



Fonte: Facebook / Cir

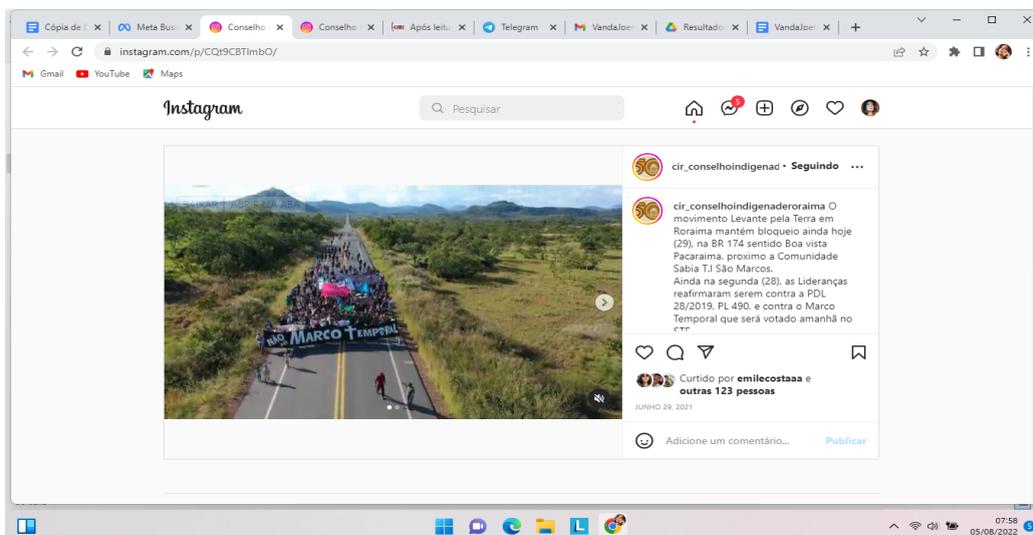
Durante esse acompanhamento do conteúdo é notório que há uma cobertura tanto em nível nacional, quanto em nível local. Em Roraima também o movimento indígena promoveu mobilizações em sintonia com o período e com a pauta que reuniu milhares de indígenas em Brasília. As fotografias na sequência demonstram o registro de jovens comunicadores indígenas que foram publicadas na fanpage do Cir.

**Figura 23** - Mobilização em Roraima



Fonte: Jacy de Souza / Rede Wakywai

**Figura 24 - Mobilização em trecho da BR-174, sentido Pacaraima**



Fonte: Rede Wakywai

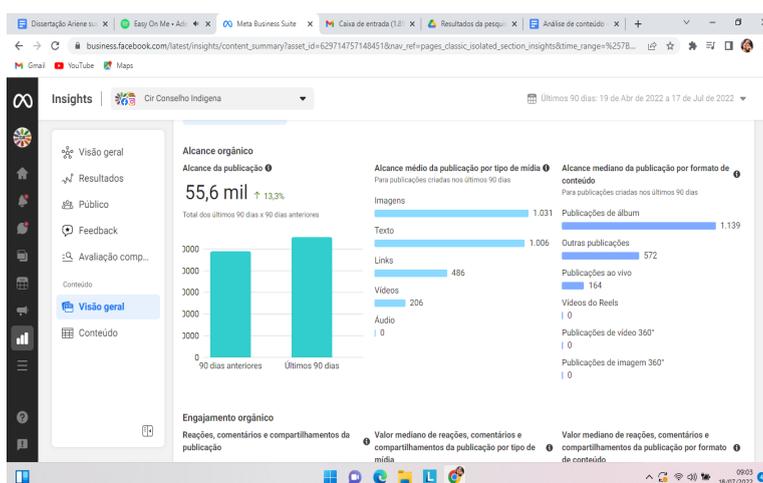
Uma virada de chave, se antes tínhamos não indígena registrando as manifestações, hoje temos os próprios comunicadores fazendo essa cobertura. E isso é parte dessa estratégia de comunicação, como afirma a jornalista indígena Márcia Fernandes.

Nossa defesa também é digital, somos essa linha de frente que se opõe à mídia convencional, para defender nossos direitos; nossa comunicação nós

mesmo fazemos, ocupamos as redes, ocupamos as ruas, somos ativistas digitais, temos a comunicação como estratégia de resistência. (FERNANDES, 2022)

Um dos aspectos mais trabalhados nas fanpages tanto da Serra da Lua quanto do Cir é a visualidade pelas imagens, muitas cores e cenas preenchem a timeline dessas duas redes sociais. Conforme os dados coletados, essa estratégia que tem na fotografia uma das suas mais importantes formas de comunicação também é sentida no tipo de alcance do público. Conforme no exemplo da página do Cir na sequência, em primeiro lugar está o consumo de imagens, seguido muito próximo pelo consumo do texto, o que leva a deduzir que há uma atração provocada pela imagem e esta conduz ao texto.

**Gráfico 3** - Alcance dos conteúdos por tipo de mídia na fanpage do Cir nos meses da pesquisa em 2021



Fonte: Facebook / Cir

A construção dessas postagens que até aqui são apresentadas de modo mais quantitativo, como uma forma importante de dimensionar a ocupação de um outro tipo de territorialidade, a das telas, simboliza a nossa presença. Para o segmento da população originária desse país, constantemente invisibilizado, afirmar essa presença nos recursos midiáticos disponíveis, especialmente usufruindo da possibilidade de construir nossas histórias no ciberespaço é uma oportunidade especial que merece os gráficos e as capturas de telas como levantamento prévio animador. Na sequência, é o momento de refletir de forma

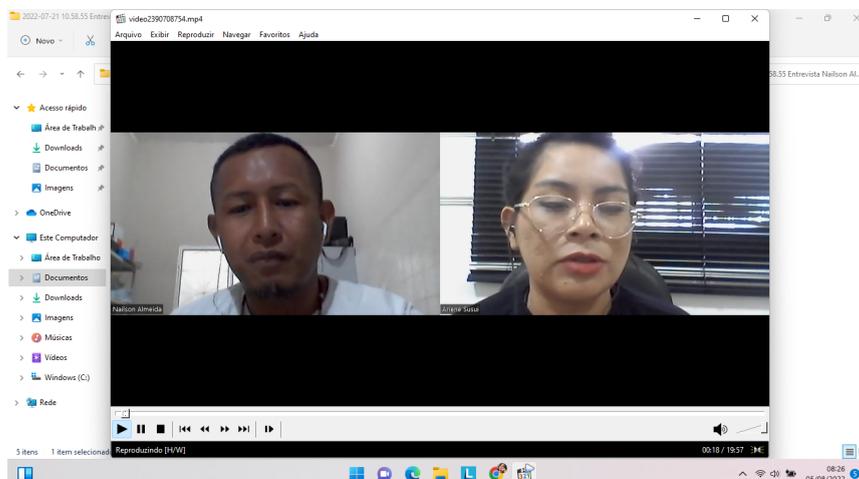
mais substantiva o que representa essa presença, a partir dos dois principais conteúdos destacados em cada trimestre nos dois anos de pesquisa.

### **4.3 Entre desafios e potências: análise das produções dos comunicadores indígenas**

Inicialmente, procuro neste momento estar próxima dos comunicadores indígenas, porque mesmo sendo eu uma das que compõem a rede Wakywai, o exercício cotidiano na produção de conteúdos para as fanpages do facebook da região Serra da Lua e Cir é liderado por outros parentes. Então, minha análise pede que antes os escute.

Consegui conversar com dois comunicadores indígenas, um responsável por cada página na rede social. Não foi fácil fazer com que eles parassem para conversar comigo, pois a comunicação indígena é uma construção diária, onde a todo instante tem uma nova demanda, seja das comunidades, do movimento social, seja diante de algo que está ocorrendo em nível nacional, mas nesse arranjo integrado das lutas indígenas, a tarefa do comunicador é fazer chegar a informação importantes nas localidades mais distantes.

Conversei com Nailson Almeida, um dos comunicadores que constrói conteúdo para a página da região Serra da Lua no facebook. Não gosto de usar a palavra entrevista, por se tratar de um parente, fizemos uma troca de ideias. Falei com ele no dia 24 de julho de 2022, houve muitas dificuldades de acesso a internet na comunidade onde ele mora, Tabalascada, e a conversa acabou acontecendo na sede do Conselho indígena de Roraima, em Boa Vista.

**Figura 25 - Conversa com o comunicador Nailson Almeida**

Fonte: Registro feito na plataforma Zoom

Iniciamos a conversa nos cumprimentando, agradei a ele por aceitar estar conosco nessa caminhada, levando em consideração o tanto de desafios que temos. Começamos falando sobre sua atuação na região Serra da Lua, e como a comunicação fez parte de sua vida.

Ele mencionou que começou a ter interesse pela comunicação ainda no ensino médio e teve incentivo de lideranças como o professor Fausto Mandulão, uma das vítimas da covid-19. A contribuição de pessoas que nos inspira, ainda jovens, tem sido uma constante nas comunidades.

Na sequência, uma das perguntas que direcionei a Nailson foi sobre qual a importância da comunicação indígena. E ele logo respondeu: “A comunicação indígena é necessária, sofremos muitas ameaças e conflitos. A imprensa não indígena mostra uma realidade que não é nossa, e nós temos a responsabilidade de mostrar nosso lado, o que realmente está acontecendo” (ALMEIDA, 2022).

Se a comunicação indígena é um tipo diferente das formas hegemônicas que não nos representa, procurei saber qual o que essa forma de comunicação exerce no interior do movimento indígena. Nailson reforçou que o papel é

estratégico porque há uma disputa de representação e o indígena precisa também ter seus canais para expressar o que são os povos indígenas nesse país. E vinculou isso ao aumento da opressão. “Temos muitos comunicadores, isso é estratégico, a cada dia que passa temos mais desafios”(ALMEIDA, 2022).

Ele mencionou que a Página Serra da Lua na rede social facebook iniciou como algo pequeno, sem ter uma estrutura básica de formação de comunicação, mas que hoje ele mesmo tenta, de todas as formas, alimentar toda semana com publicação, porque ali também é um lugar de ocupação do pensamento, dos princípios, dos costumes, das lutas e das atividades culturais e econômicas dos povos indígenas da região.

Os conteúdos vêm da comunidade, nós assimilamos e organizamos em formato de texto e daí publicamos na página. Nosso papel é escrever e fazer com que as informações cheguem na comunidade de forma mais clara e objetiva possível, e isso vêm o desafio da língua indígena, porque em muitas comunidades só falam na língua materna (ALMEIDA 2022).

Nailson destaca que esteve por um tempo afastado do movimento indígena por conta de estar atuando em outros veículos de comunicação, e hoje ele está diretamente ocupado com a comunicação indígena, essa atividade o aproximou também do movimento social e político e está na dupla formação para tornar-se jornalista e ser uma liderança indígena.

O outro diálogo que estabeleci foi com Márcia Fernandes, assessora de comunicação do Conselho Indígena de Roraima. Também por conta das inúmeras atividades tive que fazer com ela duas entrevistas corridas, no dia 24 de julho de 2022 começamos a conversar, mas por conta do tempo não concluímos. Márcia estava preparando uma oficina da Rede Wakywai.

No dia 28 de julho, durante a Oficina da rede, que estava ocorrendo no lago Caracaranã, Márcia conseguiu falar comigo por meio da plataforma zoom.

**Figura 26** - Conversa com a comunicadora Márcia Fernandes



Fonte: Registro feito na plataforma Zoom

Iniciamos com a fala de Márcia sobre esse momento importante da pesquisa, Márcia também está no mestrado em Comunicação na UFRR e entende que para nós pesquisadores indígenas sempre é um desafio parar para escrever e dar conta de todas as frentes de atuação em que precisamos atuar.

Comecei abordando sobre esse papel dentro do próprio Cir, enquanto jornalista; Ela destaca que apesar da Universidade ensinar as técnicas, dentro do movimento indígena a abordagem é outra, e isso traz uma mudança em sua visão de comunicação.

Na graduação da universidade temos as técnicas que, por exemplo, quando eu vou publicar uma matéria eu enxergo que ali tá faltando informações né, e já na comunicação indígena eu já não vejo assim, eu vejo já como a estratégia de comunicação de não estar passando muitas informações para fora, passamos o necessário, e não tudo o que precisa (FERNANDES, 2022)

Essa reflexão de Márcia se refere também ao trabalho que ela realiza junto à assessoria de imprensa e, ainda por conta de uma série de situações mal compreendidas por colegas da profissão que estão afastados das

perspectivas culturais dos povos indígenas, o menos pode ser mais em matéria de informação.

Ela ressalta que a comunicação indígena é movimento, é ativismo, é resistência, pois muitas das vezes ela está na mobilização escrevendo, fotografando e aí dá uma pausa e vai dançar o parixara, vai gritar palavras de ordem do movimento junto com as lideranças, e isso também é comunicar, é nossa voz.

Sobre a página do Conselho Indígena de Roraima na rede social facebook, ponto também de nossa observação, ela menciona que essa falta de visibilidade nas mídias convencionais fez com que se formasse uma frente de comunicação própria. Segundo Márcia, as grandes mídias só pautam o movimento quando vai falar de algum conflito dentro de uma terra indígena ou algo do tipo. Não se vê a mídia cobrindo pauta sobre a cultura por exemplo e quando se fala aparece de uma forma distorcida de nossa realidade, são poucos os que realmente falam de forma coerente sobre os povos indígenas.

A comunicação indígena é nossa arma, é estratégia né, porque quem está nas comunidades somos nós, os comunicadores; somos nós que estamos ali no dia a dia vivenciando e, por isso, a importância da comunicação nossa, pois conseguimos falar sobre nossas causas tanto para dentro e quanto para fora das nossas comunidades” (FERNANDES, 2022).

Quando se trata dos conteúdos do Conselho Indígena de Roraima, de fato, Márcia menciona que o que tem mais compartilhamento e engajamento é sobre quando há algo relacionado à mobilização. No entanto, conteúdos sobre produtos da comunidade também são bem visualizados, numa referência à colheita de plantios de diferentes variedades, ao artesanato e outras iniciativas como as feiras regionais.

Ao perguntar sobre os conteúdos produzidos, Márcia responde que a grande parte das publicações possuem contribuição de comunicadores

indígenas, e nisso a página tem mais diversificação de conteúdo. E afirma que a comunicação do Cir é a ponte de ligação para todas as comunidades e para fora dela quando se trata de informações confiáveis. Por estar à frente desse processo comunicacional indaguei se ela se considera ativista:

Sou comunicadora, jornalista, ativista e não me vejo em outro espaço que não seja na defesa de nosso movimento. Somos formados na Universidade, mas o movimento indígena forma nós para sermos lideranças, e isso requer compromisso e responsabilidade, e isso eu assumi quando topei estar à frente do departamento de comunicação do Cir (FERNADES, 2022).

Nesses diálogos pude entender que o comunicador indígena é além de um difusor de informação, ele forma opinião, ele transmite a voz da comunidade para outras comunidades e para o mundo.

A interação com os dois comunicadores indígenas indica especialmente os aspectos transformadores de um momento histórico possibilitado pela tecnocultura e participação nos diferentes espaços da internet, não mais limitados ao consumo, mas como provedores de conteúdos de interesse do movimento indígena. Como diz Maldonado:

A configuração de dimensões digitais culturais, nas três últimas décadas, expressa uma mudança profunda, qualitativa, que desestrutura os processos midiáticos e comunicacionais, e os enquadramentos de produção simbólica, estabelecidos pela matriz das grandes indústrias culturais do capitalismo oligopólico do século XX (MALDONADO, 2015, p 713).

Essas mudanças chegam também para os diferentes povos indígenas do Brasil, mas as possibilidades da produção de bens comunicativos são aproveitadas como um campo de expressão contra um conjunto de injustiças sociais que recebem na atual administração do país um impulso para oprimir e violentar, ainda mais, os indígenas.

Resta dizer que esse contexto de luta continuada não é o desejado pelos povos indígenas. A insistente estratégia de revisar a Constituição por projetos de lei que apagam as conquistas dos direitos indígenas representa uma carga muito pesada na nossa existência, com repercussões sobre a vida de todos, uma vez que as ameaças recaem sobre os ecossistemas .

Ao tempo em que celebramos a oportunidade de produzir conteúdos que tragam uma visão de nós, por nós mesmos (aplicando os estudos da comunicação comunitária e cidadão), também temos nossa atividade de comunicação indígena limitada por uma série de situações estruturadas num processo colonial de poder. A comunicação indígena é midiativista porque temos que resistir quase que diariamente. A análise dos dois principais conteúdos trazidos nos dois anos da pesquisa demonstra que convivemos com um duplo vírus, o biológico e o necropolítico. Assim, em 2020 sobressai nos conteúdos da comunicação indígena das fanpages da Serra da Lua e do Cir a dura temática da covid-19; e em 2021, a concentração mais relevante de conteúdos postados evidencia a mobilização política dos povos indígenas para buscar reverter a ação ameaçadora de ações políticas que também matam.

### **ACORDOS DA PROGRAMAÇÃO (Considerações Finais)**

A forma de chegar a esse momento também aciona novamente a memória das grandes assembleias dos povos indígenas. É comum que a reunião se encerra com a proposição de acordos sobre algumas temáticas abordadas ao longo da programação do evento. Essa dissertação é o meu evento e ela se encaminha para um término provisório, lançando questões que semeiam novos desdobramentos, assim como se apresentam questionamentos ao final de um longo dia de encontro nas comunidades. Antes é preciso, portanto, lembrar os pontos principais que trouxemos nessa nossa pesquisa sobre os comunicadores indígenas.

No momento que iniciamos esta pesquisa imaginamos vários caminhos, ao abrir cada temática procuramos um debate que mais se aproximasse de nossa caminhada. No primeiro momento trouxemos uma reflexão sobre o próprio saber científico, um apontamento para qual forma estamos construindo nossa trajetória dentro do movimento indígena inserido na pesquisa científica, ou seja, se nos propomos a estar dentro da academia, por que seguir fazendo o mesmo? Nos questionamos: será que nossos saberes não são válidos dentro da Universidade? Será que tudo tem que ser direcionado pelos livros de autores ocidentais?

Desta forma fizemos uma breve discussão, trazendo autores indígenas e reflexões dos companheiros pesquisadores que estiveram junto comigo nessa

caminhada, vemos que esse modelo não é fácil de se desconstruir, é um sistema de normas e técnicas impostos, mas nos propomos trazer propostas que contrapõe essa estrutura, ou seja, já é um caminho e entendemos que precisaremos de mais reivindicações desses espaços pelos próprios sujeitos que estão inseridos nele.

Na segunda temática trouxemos o processo de construção do movimento indígena em alinhamento à comunicação indígena, entendemos que essa estratégia é parte desse movimento de lideranças que já enxergam a necessidade do registro, porém, antes feitos pelos não indígenas e nessa linha do tempo, entendemos que até aqui a história era contada pelas lentes e escritas de outros. O debate possibilitou enxergar que hoje a história começa a ter outras narrativas, um outro olhar, são gerações que se encontram nesse caminho para um objetivo comum, lutar em defesa dos direitos e manter viva a cultura, pois as estratégias mudam, mas os inimigos continuam os mesmos e cada vez mais com o poder em suas mãos.

Na terceira ponta de discussão situamos o coletivo criado, a rede Wakywai, uma abordagem meio a um cenário de morte, de dor e sofrimento. Do luto nasceu uma ferramenta de luta, a rede foi levantada como um escudo para lutar nos territórios digitais. Nesse histórico pude entender que a maior movimentação foi para que em meio a um período pandêmico, as invasões, os garimpos e todos ataques, assim como as próprias notificações dos óbitos em decorrência da covid-19 fossem registrados.

Na quarta temática foi um momento de observar toda a construção dos conteúdos feito pelos comunicadores, tivemos que fazer um recorte de tempo e de fanpages, fomos impossibilitados de avançar mais por conta da pandemia, tínhamos em mente encontros, uma análise mais profunda, porém fazer pesquisa em um cenário de perdas foi em si um grande desafio, mas nesse contexto conseguimos visualizar que os maiores engajamentos foram as mortes em razão da Covid-19 e as constantes mobilizações. Em ambas as situações geradoras de conteúdos uma coisa em comum, a luta pela sobrevivência, e no interior desses dois tempos, os comunicadores estavam ali

fazendo a cobertura, fazendo das redes seus novos espaços de territorialidades e resistências.

Nossa condição de não se dispor de uma presença frequente ou mais qualificada no espaço convencional dos meios de comunicação provocou outras estratégias para a criação e circulação de informações sobre os povos indígenas e suas demandas. Através deste estudo pudemos compreender que essas ferramentas por meio digital tornou-se uma das estratégias que os povos indígenas se apropriaram em favor de causas, uma espécie de escape dos bombardeios midiáticos que por muito tempo estereotipam os corpos e mentes indígenas.

Em um contexto político e sociocultural brasileiro que impõe fortes desafios aos povos indígenas, por meio de medidas constrangedoras aos nossos direitos constitucionais, a comunicação não hegemônica tornou-se um instrumento de apropriação coletiva na defesa de causas que historicamente são alavancadas pelas populações originárias, a exemplo de sua territorialidade.

E são dessas territorialidades digitais que os guerreiros e guerreiras da comunicação indígena se posicionam. São notórios os desafios de ser um comunicador indígena, pois não se trata apenas de uma atividade ou ação que os quais desenvolvem, são ativistas que estão lutando pelo seu povo. As criações de rede como por exemplo a Wakywai é uma iniciativa de criar coletivos que cada vez mais possam se profissionalizar para que os mesmos ocupem espaços em suas organizações, comunidades e territórios.

A atuação dos comunicadores indígenas é para além das telas, eles estão no dia a dia, vivenciam cada angústia ou alegria de seus povos. Foi perceptível ao analisar as fanpages que a escrita, os registros feito pelos comunicadores demonstram sua participação direta, estão no campo de batalha e fazem esse espaço se expandir ao mundo, não apenas observam para publicar, eles estão no meio das danças, dos rituais, dos gritos e também fazem o papel de multiplicador dessa luta pelo território digital.

No entanto, ainda há um longo caminho para que esses coletivos tenham esses ambientes com seus lares, quando mencionamos que a história

tem que ser contada por quem vivencia os fatos, é isso que estamos falando, é o falar do parente para parente, da escrita objetiva às autoridades, dos detalhes dos registros que trazem um olhar contra colonial.

É necessário que os olhares da própria academia estejam atentos a essas movimentações, a comunicação indígena se tornou um importante campo de estudo, no entanto, é preciso refletir sobre qual caminho as pesquisas tomam. O comunicar indígena participa de uma luta de sobrevivência, assim como as lideranças enviaram seus filhos para diversas formações a fim de contribuir para a luta, a comunicação não é diferente, há uma imensa expectativa de que as violências sofridas pelos povos indígenas por décadas, agora elas sejam registradas. Não que isso pare os que querem atacar e destruir a vida indígena, mas a comunicação faz com que esses ataques sejam noticiados e divulgados ao mundo, nenhuma gota de sangue a mais será derramada sem que o mundo saiba. Essa batalha é além das telas, os registros que trazem esse estudo é uma ferramenta de estratégia de formação do coletivo para a defesa coletiva.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lisiane. Por uma epistemologia transmetodológica no campo da comunicação. In. XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais**. Rio Grande do Sul, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2011. p.13.

ALMEIDA, D, Cristóvão; Brito, A, I, Antônio. **Comunicação e Memória: Os povos indígenas como protagonistas da história**. Vida Pastoral. São Paulo, março/abril, 2017.

AMADO, Luiz H. Eloy. **Vukápanovo - o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. 2019. 241f. Tese(Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ALEIXO, Eriki Melo. **Situação social, dinâmica territorial e mobilização étnica na comunidade serra do truarú (Terra Indígena Serra da Moça, Etnorregião Murupú), Boa Vista-RR**. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

BONIN, Jiani Adriana. **Processos e Percursos de Construção de Pesquisas em Recepção**: algumas reflexões epistêmico-metodológicas. In: Conexão: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 17, n. 34, p. 13-25, jul-dez de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 251f.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição, 129f.

FIDELIS, Rosiane Cadete. **Vivências indígenas: a formação social da criança wapichana de canauanim – cantá / roraima, a partir da experiência do método indutivo intercultural**. 2020, 103f. Dissertação (Mestrado Sociedade e Fronteiras) no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural**. Revista Intexto. Porto Alegre: UFRGS, n. 34, p. 713-727, set/dez, 2015.

MARQUES, Ângela C. S.; MARTINO, L. M. S.; COÊLHO, T. F. **Alteridade, sofrimento social e potência política em relatos de si no projeto "SP Invisível" no Facebook**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 39, n. 3, 2016.

MATOS, Maria Helena.O. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. 212 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

LIMA, Ariene (Susui) dos Santos. **Da fala à internet: as práticas comunicacionais dos indígenas da comunidade Truaru da Cabeceira em Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: \_\_\_\_\_. BONIN, Jiani.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MIANI, Antônio Rozinaldo, Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **INTEXTO**, Porto Alegre, V.2, n.25, p. 221-233, dez, 2011)

NICÁCIO, Mário. **Gestão territorial e ambiental da terra Indígena Manoá -Pium: Estratégias para implementação**. 2019, 118f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A presença indígena na formação do Brasil**. 1.ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, 268p.

OLIVEIRA, P, Bruno. Mídia índios (a): **Comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. 1ª. ed. São Paulo: Brochura, 2013. 96 p.

PEREIRA, Mayra Celina dos Santos. **Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: Um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2016.

PERUZZO, Cicilia. **Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 43-61.

PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicília M.K. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco / UMESP, p. 52-78, 2003.

PINHEIRO, Rose Mara. A contribuição da educomunicação para o ensino superior. In: NAGAMINI, E., org. **Questões teóricas e formação profissional em comunicação e educação** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 177-192. Comunicação e educação série, vol. 1.

REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima**. Maxim Repetto.Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2010.

SODRE, M. **Midiativismo: uma espécie de filho histórico de John Dewey**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018.P. 21-33.

SOTTO, C,M,F. **‘Quando a terra sair’ - Os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência**. 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) -Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2009.

TUHIWAI, Linda. **A descolonizar las metodologias: investigación y pueblos indígenas**. Nova Zelândia: Txalaparta, 2017.

VIEIRA, Jaci Guilherme Vieira. **Missionários fazendeiros e índios: a disputa pela terra**. Boa Vista Ed. UFRR, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideais para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019, 57f.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729f.